



POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SEGURANÇA PÚBLICA

ALEXANDRE LUIZ DE ALBUQUERQUE GOUVEIA
KASSIO RÔMULO VERAS LEITE

NA PRÁTICA A TEORIA PODE SER OUTRA COISA: percepções de policiais militares da Rádio Patrulha do 1º e do 5º Batalhão da PMPB acerca do nível de conhecimento para atuar como primeiro interventor em ocorrência de crise policial

JOÃO PESSOA-PB
2023

ALEXANDRE LUIZ DE ALBUQUERQUE GOUVEIA
KASSIO RÔMULO VERAS LEITE

NA PRÁTICA A TEORIA PODE SER OUTRA COISA: percepções de policiais militares da Rádio Patrulha do 1º e do 5º Batalhão da PMPB acerca do nível de conhecimento para atuar como primeiro interventor em ocorrência de crise policial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pós-graduação e Pesquisa do Centro de Educação da PMPB como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Especialização em Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dr. Benôni Cavalcanti Pereira.

JOÃO PESSOA-PB

2023

NA PRÁTICA A TEORIA PODE SER OUTRA COISA: percepções de policiais militares da Rádio Patrulha do 1º e do 5º Batalhão da PMPB acerca do nível de conhecimento para atuar como primeiro interventor em ocorrência de crise policial

Alexandre Luiz de Albuquerque Gouveia¹
Kassio Rômulo Veras Leite²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo investigar as percepções de policiais militares da Rádio Patrulha do 1º e do 5º Batalhão da PMPB acerca do nível de conhecimento para atuar como primeiro interventor em ocorrência de crise policial. Para tanto, a metodologia adotada foi uma pesquisa documental, com análise das grades curriculares do curso e uma pesquisa de campo de caráter quanti-qualitativo com um questionário semiestruturado realizado com os policiais militares lotados nas unidades e responsáveis por executar a atividade policial na modalidade de policiamento rádio patrulhamento nas áreas geográficas do 1º e do 5º Batalhões da Polícia Militar da Paraíba, situados na região metropolitana da grande João Pessoa. Após analisados os dados coletados, foi possível constatar uma fragilidade teórica e conceitual, quanto a temática da primeira intervenção e a forma de atuar numa ocorrência de crise, onde os policiais militares que atuam no 1º e 5º BPM da Polícia Militar da Paraíba no rádio patrulhamento desconhecem um protocolo específico para atuação do primeiro interventor, outro fator relevante foi a inserção de disciplinas relacionadas a gestão de conflitos, gerenciamento de crise, nas grades curriculares dos cursos de formação. Diante desse cenário para que possa evitar consequências negativas em um cenário de crise, o treinamento dos policiais deve enfatizar a importância da aplicação de técnicas de primeiro interventor, ou seja, o uso de medidas preventivas para reduzir o risco de confronto armado, minimizar a violência e garantir a segurança pública.

Palavras-Chaves: Polícia Militar da Paraíba. Crise Policial. Gerenciamento de Crise. Primeiro Interventor.

ABSTRACT: The present study aims to investigate the occurrence of military police officers from Radio Patrol of the 1st and 5th Battalion of the PMPB about the level of knowledge to act as the first intervener in the event of a police crisis. To this end, the methodology adopted was a documentary research, with analysis of the curricular notes of the course and a field research of a quantitative and qualitative nature with a semi-structured dialogue carried out with the military police stationed in the units and responsible for carrying out the police activity in the modality modality. policing radio patrolling in the geographic areas of the 1st and 5th Battalions of the Military Police of Paraíba, located in the greater João Pessoa metropolitan area. After analyzing the collected data, it was possible to verify a theoretical and conceptual psychology, regarding the theme of the first intervention and the way to act in a crisis occurrence, where the military police who operate in the 1st and 5th BPM of the

¹ Bacharel em Segurança Pública pela ACMPB.E-mail:tenalbuquerque.ft@gmail.com.

² Bacharel em Segurança Pública pela ACMPB.E-mail:kassio_romulo@icloud.com.

Military Police of Paraíba in the radio patrols are unaware of a specific protocol for the first intervener to act, another relevant factor was the insertion of disciplines related to conflict management, crisis management, in the curriculum notes of the training courses. In view of this scenario, in order to avoid negative consequences in a crisis scenario, the training of military police officers must emphasize the importance of applying first responder techniques, that is, the use of preventive measures to reduce the risk of armed confrontation, minimize the violence and ensure public safety.

Keywords: Military Police of Paraíba. Police Crisis. Crisis Management. First Intervener.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a forma de atendimento de uma ocorrência policial militar, vem tendo um olhar diferenciado ao longo dos últimos anos, em todas as instituições policiais militares do país. O processo de formação de um policial militar de acordo com Bengochea et al (2004) “necessita de uma formação acadêmica multidisciplinar em que diversas áreas do conhecimento se interliguem para formar o processo de formação e qualificação dos profissionais de Segurança Pública”.

Atender a população de forma técnica, segura e respeitando os direitos e garantias individuais de cada cidadão é algo inquestionável e objetivo final desse processo de formação. Na visão de Pereira (2013, p.20) “é imperativo os avanços na sua qualificação profissional”, uma vez que múltiplos conhecimentos precisam ser resgatados em um gama de arcabouços de conhecimentos técnicos, atitudinais e procedimentais para fazer frente diante das novas exigências emergentes, como ensina o autor. Nesse cenário, o problema da insegurança pública está relacionado com uma formatação de uma sociedade complexa que exige uma formação policial cada vez mais qualificada.

Para contribuir com esse processo de formação policial nossa pesquisa teve como objetivo investigar uma temática ainda pouco estudada, no âmbito estadual, e que a nosso ver, necessitava desse olhar mais científico e com maior aprofundamento e especificidade. A Primeira Intervenção em uma Ocorrência de Crise Policial, que foi o tema de nosso estudo, normalmente é realizada pelo primeiro policial militar que se depara com a ocorrência, e por esse motivo, geralmente é realizada por policiais militares que trabalham na modalidade de policiamento Rádio Patrulhamento³ os quais recebem ligações telefônicas de pessoas da sociedade, por meio do número 190 ou quando durante seu patrulhamento a equipe policial militar se depara com uma situação de flagrante. Estes policiais pela natureza do seu serviço são os primeiros a chegarem num cenário de uma crise.

A problemática da nossa pesquisa girou em torno da percepção do conhecimento que esses policiais militares têm para atender este tipo de ocorrência. Então um dos primeiros passos que adotamos foi delimitar o campo de pesquisa já que se tornaria quase que inviável uma pesquisa envolvendo todos os policiais militares que trabalham em todo o Estado.

³ Rádio Patrulhamento: É o policiamento ostensivo com utilização de viaturas, onde os Policiais Militares realizam patrulhas preventivas, Pontos Bases em locais críticos da cidade, abordagens e atendimentos de ocorrências.

Dessa forma restringimos nosso campo de estudo aos policiais da rádio patrulha lotados no 1º e 5º Batalhões da Polícia Militar da região metropolitana de João Pessoa na Paraíba, área com o maior número de atendimento de ocorrência do nosso Estado.

É importante ressaltar que a crise policial é uma ocorrência que traz um conceito e características próprias que diferem das ocorrências rotineiras do dia a dia da rádio patrulha, por esse motivo, requer um grau de conhecimento específico e complexo. Isso se torna evidente quando inserimos em nosso estudo conceitos trazidos por Monteiro (1994), Souza (1995) e Silva (2016) que definem a crise policial como sendo uma situação de risco extremo, com ameaça a vida de pessoas e que requer uma resposta especial por parte da polícia, tendo como uma das principais características a sua imprevisibilidade.

A capacidade de uma primeira resposta qualificada é de fundamental importância para que não ocorra tragédias como o caso Eloá, que aconteceu em São Paulo, o caso do ônibus 174, que ocorreu no Rio de Janeiro e aqui na Paraíba como noticiado no dia 05 de abril de 2010 no site Paraíbahoje⁴ a morte de um soldado que havia sido baleado durante o sequestro da família de Herbet Maia. O Militar foi atingido na região do pescoço durante uma troca de tiros com sequestradores em um apartamento na orla de Cabo Branco, em João Pessoa, na última terça-feira (30).

Esta foi uma crise policial que aconteceu em João Pessoa e que o policial militar foi baleado enquanto atuava como primeiro interventor nesta ocorrência de alta complexidade. Então a partir desta nossa inquietação, em saber como em 2023, está o grau de conhecimento e segurança desses Policiais Militares para atuar em uma crise policial, dedicamos - nos a fazer uma pesquisa bibliográfica entre os principais autores que realizaram estudos científicos sobre Crise Policial, Gerenciamento de Crise e Primeira Intervenção, no Brasil.

Em seguida focamos nosso olhar em perceber como vem sendo realizado o processo de construção do conhecimento através do Ensino Policial nessa área específica da atividade policial. A complexidade da ocorrência é traduzida num processo de formação policial que requer uma multidisciplinaridade e através da análise documental das grades curriculares e ementas das disciplinas, buscamos entender como vem sendo feito a inserção dos conhecimentos relacionados a atividade de primeira intervenção em ocorrência de crise policial nesse processo de formação.

⁴ Disponível em: <https://paraibahoje.wordpress.com/2010/04/05/pm-baleado-durante-sequestro-no-cabo-branco-tem-morte-cerebral/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

Por esse motivo, restringimos nossa pesquisa em analisar as grades curriculares e ementas das disciplinas dos Cursos de Formação de Soldados, Cabos e Sargentos da Polícia Militar da Paraíba, os quais são responsáveis por formar os policiais que irão compor as equipes de rádio patrulhamento. Realizamos uma análise para saber se havia, a nível nacional, alguma norma norteadora para formação dos profissionais da segurança pública, o que nos levou a estudar a Matriz Curricular Nacional e a perceber a importância desse instrumento para a construção do conhecimento e da formação dos profissionais de segurança atualmente.

Como última etapa da coleta de dados, aplicamos um questionário com questões fechadas e apenas uma aberta em que os participantes deveriam responder de acordo com um escalonamento da percepção de nível de conhecimento variando numa escala que iniciou no insuficiente até o excelente, com o qual pretendíamos ter uma visão mais específica e aprofundada da temática na tentativa de obter a leitura de possíveis falhas, de pontos positivos, de processos a serem melhorados e o mais importante da segurança técnica e procedimental para estes policiais atuarem numa ocorrência de crise.

Diante disso, acreditamos na pertinência de realizar estudos sobre a temática da Primeira Intervenção em ocorrência de crise com esse olhar, bem específico, em torno destes profissionais que atuam no dia a dia policial, nesse movimento de transformação e mudança, com vista a atender os desafios postos pela sociedade no atual cenário da segurança pública.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS RELACIONADOS A PRIMEIRA INTERVENÇÃO EM UMA OCORRÊNCIA DE CRISE POLICIAL

Nesse capítulo trataremos, de acordo com a doutrina, conceitos que são basilares no processo de construção de conhecimento em torno da atividade da primeira intervenção em uma crise policial, de modo que, através deles, o primeiro interventor possa tomar as decisões com um rigor técnico e com maior segurança evitando o empirismo e os particularismos.

Conceitos que são necessários para que o primeiro interventor consiga perceber onde ele vai ser inserido em um cenário de gerenciamento de crise, em que é necessário que ele saiba como classificá-la, avaliar os níveis de repostas e entender as medidas que serão necessárias ser adotadas durante as fases de resolução de uma crise policial.

2.1 Contextualização da doutrina no Brasil e o conceito de Crise Policial

Não poderíamos iniciar o nosso estudo sobre primeira intervenção em ocorrência de crise policial sem antes trazer uma contextualização do arcabouço teórico acerca dos estudos direcionados a temática referente ao Gerenciamento de Crise, uma vez que, ao nos referirmos a primeira intervenção em ocorrência de crise policial, estamos falando numa das primeiras e mais importantes etapas do processo para se gerenciar aquilo que a doutrina denomina como crise policial.

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Incidentes Críticos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2015), a doutrina de Gerenciamento de Crise começou a ser objeto de estudo, aqui no Brasil, por volta dos anos 90, com os estudos realizados pelo Delegado da Polícia Federal Roberto das Chagas Monteiro que, em 1994, contribuiu com a primeira obra sobre a temática, aqui no Brasil, que foi o Manual de Gerenciamento de Crises que passou a ser adotado pela Academia Nacional da Polícia Federal. A construção deste material recebeu uma forte influência do que estava sendo desenvolvido no Estados Unidos pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI).

Praticamente na mesma época, foi realizado um estudo pelo então Capitão Wanderley Mascarenhas de Souza da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que durante o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, publicou sua monografia no ano de 1995, com o tema Gerenciamento de Crises: Negociação e atuação de Grupos Especiais de Polícia na solução de eventos críticos.

Ambos os estudos foram norteados pela doutrina usada nos Estados Unidos de onde se trouxe conceitos basilares, dentre eles, o conceito de Crise definido pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Crise é “um evento ou uma situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia a fim de assegurar uma solução aceitável” Monteiro (1994, p.5) e Souza (1995, p.19).

Desde então, outros estudos foram sendo realizados e conceitos foram recebendo uma nova configuração, mais contextualizado e atual, baseado na realidade brasileira, nesse sentido contribui Silva (2016, p. 63):

Crise policial é uma ocorrência diferenciada, de risco extremado e que excede a capacidade de atendimento dos grupos policiais regulares, evocando a necessidade imperiosa de grupos especialmente treinados para o seu gerenciamento.

Tanto Monteiro (1994), Souza (1995) e Silva (2016) ressaltam que a crise é um evento que foge dos padrões de uma ocorrência normal do dia a dia. Uma crise requer um aparato policial mais estruturado para sua resolução, e requer uma resposta por parte da instituição que exige o uso de equipes especializadas, com equipamento e técnicas mais específicos, visto que a ameaça a vida e uso de armas de fogo são elementos que caracterizam esse tipo de evento.

De modo a exemplificar, em termos práticos, o conceito de crise policial, é preciso enxergar que a ocorrência de crise está relacionada a presença de indivíduo (s) armados, com arma branca ou de fogo e a presença de refém (ns) ou de pessoa (s) tentando tirar a própria vida de posse de algum tipo de arma ou ainda situações que demandam a suspeita da presença de artefatos explosivos ou materiais químicos que possam causar risco a vida das pessoas.

2.2 Características de uma crise, graus de risco e níveis de resposta de uma crise

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Crise da Academia da Polícia Federal uma crise é caracterizada como:

Evento imprevisível, com compreensão de tempo (urgência), ameaça a vida e a necessidade de uma postura organizacional que foge a rotina, exige um planejamento analítico especial que seja capaz de implementação de recursos de acordo com as necessidades que se apresentam e que haja considerações legais especiais. (MONTEIRO, 1994, p. 5)

Diante dessas características que são trazidas por Monteiro (1994) podemos citar exemplos de crises que aconteceram no Brasil e tomaram grandes proporções em virtude de suas consequências e que criaram marcos institucionais importantes. Dentre elas temos o Caso Eloá em São Paulo, caso em que duas jovens foram feitas reféns e que culminou com a morte da refém. No Rio de Janeiro tivemos o caso do ônibus 174 onde da mesma forma ocorreu a morte da refém e do causador da crise. Fatos que fizeram as Polícias daqueles Estados repensarem seus processos e protocolos de atuação durante uma ocorrência de crise.

A doutrina também estabelece os níveis de risco de uma crise. De acordo com Souza (1995, p. 37) existe quatro níveis de risco, onde temos:

1º Grau - Alto Risco Crise envolvendo indivíduo (s) armado (s), mas sem a presença de reféns;
2º Grau – Altíssimo Risco a crise em que envolve indivíduo (s) armado (s) com a presença de refém (s);

3º Grau – Ameaça Extraordinária é o cenário de crise que envolve a presença de terroristas armados e de posse de explosivos, mantendo reféns;

4º Grau – Ameaça Exótica crise em que haja o risco do uso de material contendo veneno, vírus ou material radioativo de alto poder destrutivo ou letal, que venha, por qualquer motivo, a ameaçar uma população.

Podemos observar nesse quadro de níveis de risco delineado por SOUZA (1995), no 1º Grau já se prevê a presença de ao menos um indivíduo armado, ainda que sem a presença de reféns. Nesse caso se enquadram ocorrências com indivíduo(s) barricado(s) ou até mesmo pessoas tentando suicídio e que esboçam a possibilidade de reação junto as equipes policiais. Nos demais níveis temos uma gradação da complexidade com a inserção de reféns no cenário da crise e até mesmo a presença de artefatos explosivos. Fica evidente a complexidade do que venha a ser uma crise.

Ainda segundo Souza (1995, p. 32) os níveis de resposta adequados a cada grau de risco ou ameaça são quatro:

NÍVEL UM - A crise pode ser deliberada com recursos locais.

NÍVEL DOIS - A solução da crise exige recursos locais especializados.

NÍVEL TRÊS - A crise exige recursos locais especializados e recursos de apoio.

NÍVEL QUATRO - A solução da crise requer o emprego dos recursos do nível três e recursos exógenos.

Via de regra, e de acordo com os níveis de resposta elencados por Souza (1995) o nível um é caracterizado quando a crise é solucionada por forças policiais do batalhão de área, ainda que seja necessária a presença de mais de uma viatura de rádio patrulha. Quando para a solução da ocorrência é necessário a presença de um efetivo especializado que não pertence ao Batalhão de área, já se enquadra no nível dois de resposta.

Para se buscar a solução de uma crise é necessário que ela seja bem equacionada e cada elemento envolvido no cenário da crise saiba exercer seu papel de forma adequada de modo a se minimizar os riscos inerentes a uma crise.

2.3 Conceito de Gerenciamento de Crises e suas fases

Segundo Monteiro et al. (2008, p.10), o Gerenciamento de Crise é “o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise”. Então tendo por base este conceito, percebemos que a solução da crise requer uma preocupação que a antecede. Podemos relacionar o momento da antecipação, da prevenção e da resolução da crise com o que Salignac traz em sua obra.

De acordo com Salignac (2006, p.22) o processo de gerenciamento de crise apresenta quatro fases sendo elas a: “Pre-confrontação, a resposta imediata, o plano específico e a resolução”. Na pre-confrontação encontramos elementos que visam a antecipação e a prevenção de uma crise, é a fase que antecede a eclosão de uma crise durante a qual a organização policial se prepara para enfrentar as crises que venham a ocorrer na área de sua competência. Nesta fase, poderíamos incluir a preparação dos profissionais de segurança pública para atuar numa situação de crise. A formação de policiais militares para atuar na condição de primeiro interventor, confecção de protocolos de atuação, formação de negociadores, de operadores especializados para atuarem como atiradores de precisão, elementos que poderão ser utilizados no cenário de crise.

Passada a fase da pre-confrontação, temos a fase da resposta imediata. Para Salignac (2006, p.25) ela é:

A fase da confrontação em que a organização reage ao evento crítico. Basicamente, essa reação consiste em deslocar equipes até o local da ocorrência e providenciar para que as medidas imediatas sejam reforçadas e a negociação substitua a comunicação com os provocadores.

É na fase da resposta imediata que está inserido a presença do primeiro interventor, e, de uma eficiente ação dele, depende grande parte do êxito da missão policial no gerenciamento da crise, uma vez que cumpre ao primeiro interventor uma série de medidas iniciais que farão o elo entre a fase da resposta imediata e a fase do plano específico.

No plano específico, fase assim definida por Salignac (2006) como sendo “a fase em que os responsáveis pelo gerenciamento da crise discutem e elaboraram uma solução para o evento crítico. Essa solução pode ser tática, negociada ou se limitar a uma transferência de crise para outro lugar”.

Como última fase do processo de gerenciamento de crise temos a resolução;

É a fase do gerenciamento de uma crise, nela se executando e implementando o que ficou decidido durante a elaboração do Plano Específico. Trata-se da fase mais delicada da crise, principalmente quando se decide pela opção tática, como o uso da força letal. (SALIGNAC, 2006, p.25.)

Podemos observar que na fase da pre-confrontação e durante a resposta imediata temos uma atuação mais perceptível da figura do policial militar que será denominado como primeiro interventor. Nas fases seguintes já temos uma participação das equipes especializadas que deverão ser acionadas e passaram a adotar e usar técnicas e táticas específicas.

2.4 Conceito de Primeira Intervenção e de Primeiro Interventor

A doutrina define primeira intervenção como sendo “o conjunto de ações técnicas a ser aplicado pelo policial militar ou equipe de policiais militares que primeiro se deparam com ocorrências críticas em andamento” (SILVA, 2020, p.57). De acordo com este conceito com o recebimento da ocorrência por parte do Centro Integrado de Operação Policial, já inicia todo processo de gerir uma crise. O momento de obter as informações iniciais, se deslocar para o local do fato, a aproximação e identificação do cenário da crise está compreendido neste conjunto que é chamado de primeira intervenção.

A primeira intervenção em uma crise é fundamental para o processo de gerenciamento de crise, uma vez que, corretamente realizada, contribui para a resolução adequada da situação crítica, protegendo a vida dos policiais militares que se deparam com a ocorrência de crise. Assim, é necessário conhecer as funções operacionais que cada policial militar irá assumir dentro da eclosão da crise.

A avaliação inicial do grau de risco ou ameaça é sempre feita pela autoridade policial que primeiramente toma ciência da crise, sendo que “O primeiro interventor é o profissional de segurança, polícia militar, bombeiro militar ou guarda municipal que se depara, inicialmente, com a situação” (BAHIA, 2019, p.12). É o responsável por essa identificação da crise, sendo ele o primeiro a coletar as informações iniciais que serão repassadas para os demais elementos que irão compor o cenário de uma crise, possibilitando, desde o início, o oferecimento de um nível de resposta adequado à situação, evitando-se, desta forma, perdas de tempo desnecessárias.

Sua atuação ocorre de acordo com as quatro fases do processo de negociação de Salignac (2006). De acordo com o Manual de Primeiro Interventor em Ocorrência de Crise da Polícia Militar de Santa Catarina, na fase da resposta imediata momento em que a doutrina estabelece que o primeiro interventor terá que:

Tentar acalmar os envolvidos, colher informações sobre a ocorrência, ganhar tempo, não despertar exigências - nesta fase inicial não são permitidas concessões como entrega de comida, água, auxílio médico etc., sendo mais importante ouvir do que falar. (SANTA CATARINA, 2017, p.13).

Já de acordo com a doutrina de primeira intervenção da Polícia Militar do Paraná o Primeiro Interventor deverá:

Localizar o ponto exato da crise (o ponto crítico) em extremas condições de segurança, com o intuito de confirmar a ocorrência e proporcionar a tomada das demais ações; conter a crise, a fim de não deixar que se alastre ou mude de local, ou seja, manter o causador do evento crítico (cec) no mesmo local em que foi encontrado; isolar o ponto crítico, não permitindo que pessoas se aproximem e o cec faça contato com o mundo externo e vice-versa, além de iniciar o estabelecimento dos perímetros de segurança; estabelecer contato sem concessões com cec, sem, portanto, negociar com ele, considerando que a missão técnica é de responsabilidade da equipe especializada; solicitar apoio de área, incluindo equipes de socorro médico, de maneira organizada e seguindo os canais de comando e acionar as equipes especializadas do batalhão de operações especiais – BOPE. (PARANA, 2019, p.2)

Então, geralmente, as ações de responsabilidade do primeiro interventor, iniciam quando começa o seu deslocamento para o local da ocorrência, devendo ser, de forma segura. Ponto essencial, de acordo com a doutrina, é obter o máximo de informações sobre o contexto da crise, identificar o ponto exato da crise, aquilo que é denominado como ponto crítico, “espaço físico controlado pelo CEC, onde ele tem acesso e pode modificar sua estrutura” (SILVA, 2015, p.39). Portanto, o conceito de ponto crítico é um desses termos que merece ser esclarecido.

Outros termos merecem igual destaque. O primeiro interventor ao chegar no ponto crítico deve conter e isolar o local da crise policial, termos que aparentemente possuem um significado de fácil entendimento, mas observamos, com base na doutrina, que eles carregam consigo uma ampliação do significado mais usual.

Quando se afirmar que o local da crise deve ser, contido, nos referimos a “não deixar que ela se alastre de forma a potencializar o seu risco”, de acordo com (SILVA, 2016, p.85), desta forma, podendo vir a dificultar o trabalho das equipes especializadas, caso o causador da crise se desloque para um local de difícil acesso ou visualização, ou até mesmo aumente o número de reféns e coloque em risco a vida de outras pessoas que num momento inicial não estavam ameaçadas.

Outro passo importante a ser adotado pelo primeiro interventor é o isolamento do local, que de igual forma, merece toda atenção em suas ações iniciais. Consiste no fato de fazer com que o causador da crise não tenha qualquer tipo de contato desnecessário com o meio externo seja ele de qualquer forma. Entende-se por contato segundo Silva (2016) “qualquer tipo de contato verbal, visual, auditivo, virtual, etc.”. Sendo assim o verbal através do celular por exemplo, visual ao ter acesso a um televisor que esteja transmitindo ao vivo a ocorrência, auditivos, através dos gritos de populares e familiares e virtuais caso tenham acesso a redes sociais no momento da crise. O ato de isolar compreende blindar o ambiente da crise de todos esses meios de intervenção.

Após estas etapas de conter e isolar a crise temos a fase de acionar as equipes especializadas. Durante essa fase serão colocados em prática o Plano Específico e a Resolução da crise. O cenário ideal é que as medidas iniciais tenham sido adotadas pelo primeiro interventor que não poderá querer agir como um negociador, função esta que deverá ser realizada por um policial especializado, pertencente a unidade especializada que será acionada.

O papel do primeiro interventor será repassar todas as informações obtidas para as equipes especializadas e até a chegada destas equipes deverá manter contato com o CEC sendo, para isso, necessário que tenha o conhecimento daquilo que não pode ser verbalizado.

Em âmbito estadual existe a portaria nº 0016/96 - GCG que estabelece o GATE (Grupamento de Ações Táticas Especiais), (Paraíba, 1996) como sendo a única tropa no âmbito da Policial Militar da Paraíba com competência para atuar em ocorrências de crise policial, sendo passo fundamental, diante de uma crise o acionamento do GATE, por quem será colocado em andamento as fases do plano específico e da resolução dentro do processo de gerenciamento de crise.

2.5 A necessidade da construção de uma doutrina e a teoria do resultado na prática da primeira intervenção em ocorrência de crise policial

Segundo (COTTA, 2009 p. 56) “o protocolo tem um caráter flexível visto o dinamismo das ações e, através dele, cada elemento inserido na crise saberá claramente suas funções e seus níveis de responsabilidade”. Na verdade, observamos que a produção de estudos, manuais e protocolos operacionais realizados com metodologia científica, ocorrem como uma tentativa de minimizar as falhas. Buscar uma forma de atuação padronizada e ao mesmo tempo permitindo adaptações ao cenário real, de modo a se evitar o empirismo e que cada policial militar queira atuar de forma individualizada, colocando em risco a vida da equipe policial e dos demais envolvidos na crise.

Em seu trabalho (PINC, 2007 p.12) estabelece o que é um POP, Procedimento Operacional Padrão:

O POP é um documento que tem caráter oficial, mas não é impositivo, pois respeita a autonomia do policial militar na tomada de decisões durante os encontros, cuja previsibilidade não pode ser alcançada no todo. Entretanto ele tende a reduzir a margem de erro policial à medida que trata das situações cotidianas com riqueza de detalhes e orienta a forma ótima de agir, sem inibir a discricionariedade do policial.

Acreditamos que na tentativa de evitar amadorismos e ações sem fundamento técnico, são realizados a confecção desses procedimentos a serem adotados, de modo que, se evite aquilo que é definido por Silva (2020, p. 72), como sendo a Teoria do Resultado.

Basicamente, apenas os resultados positivos de muitas primeiras intervenções bastam para que várias autoridades elogiem ou condecorem os policiais militares que atuaram na ocorrência. Tal reconhecimento ocorre mesmo com a constatação de ações descuidadas, fora das técnicas e contrárias às normas vigentes, ou seja, só interessou que o resultado da crise tenha sido aceitável.

De acordo com este conceito, o Comandante de uma Unidade Policial Militar, que diante de um fato, aparentemente positivo em virtude do resultado alcançado em uma crise, promove ações elogiosas para as equipes envolvidas, sem contudo, realizar uma análise técnica dos procedimentos, poderá estar agindo de forma equivocada, já que, “Ao não analisar de forma criteriosa os procedimentos que levaram ao desfecho da crise na primeira intervenção, a autoridade responsável poderá reforçar ações incorretas, arriscadas e/ou conquistadas pelo fator sorte”. (DA SILVA; FERNANDO; RONCAGLIO, 2021. p.69)

A crise, por se tratar de um tipo de ocorrência que foge à normalidade e traz consigo um grau de complexidade distinto das ocorrências rotineiras (MONTEIRO, 1994), exigindo do primeiro interventor um conjunto de competências conceituais e saberes mais específicos:

Os Policiais Militares que atuam como primeiros interventores têm um papel fundamental no contexto de uma crise [...] as medidas que forem ou não tomadas no início da crise, que por sua natureza já é tensa e arriscada refletirão significativamente no processo de atendimento como um todo e principalmente em seu resultado. (SILVA, 2016, p 57-58).

Nossa proposta e preocupação é buscar identificar como os policiais militares do rádio patrulhamento do 1º e 5º Batalhões de Polícia Militar da região metropolitana de João Pessoa na Paraíba, que são aqueles que estão na linha de frente do atendimento de ocorrências, primeiros interventores em potencial, se veem quanto ao nível de conhecimento conceitual, atitudinal e procedimental para poder tomar as medidas iniciais durante uma ocorrência de crise.

Diante da particularidade desse tipo de ocorrência policial, a qual exige uma resposta específica e, conseqüentemente, uma formação profissional que proporcione aos policiais militares a qualificação necessária para atuar adequadamente, a inquietação da pesquisa deu-se em torno da seguinte pergunta: Como a formação inicial desses policiais vindo sendo construída de modo a lhes ofertar os conhecimentos necessários para lhes garantir segurança na

tomada de decisões durante os primeiros instantes no atendimento de uma ocorrência de crise policial?

Na busca de respostas para esse questionamento é que dedicaremos as próximas seções desse nosso estudo, passando a analisar como vem sendo construídas as bases curriculares da formação destes policiais durante os cursos de formação de soldados, de cabos e de sargentos.

3 DA CRISE DO ÔNIBUS 174 ÀS MUDANÇAS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

Essa segunda seção dedicaremos à contextualização de um processo de mudança que vem ocorrendo no âmbito da formação do policial militar como profissional de segurança pública. Alguns estudos evidenciam a importância e chamam a atenção para que o processo de formação seja revisto em seus aspectos metodológicos e conceituais, alertando que a segurança pública, diante da vida social, cada vez mais complexa, com suas diferentes formas e rearranjos e convívios sociais, como diz Pereira (2013, p.33-34) “não pode caminhar em desarmonia com os interesses da sociedade, o que parece consolidar uma nova ordem paradigmática”.

Nesse sentido, nosso estudo é uma tentativa de contribuir com essa nova ordem paradigmática, lançando este olhar para uma pequena faceta dentro do universo de perspectivas de estudos que englobam a formação de um profissional de segurança pública. Buscar entender como vem se construindo o conhecimento que vai capacitar o policial militar em sua atuação como primeiro interventor em uma ocorrência de crise, demonstra nossa preocupação em efetivar essa quebra de paradigma.

As demandas da sociedade estão cada vez mais complexas e por isso se exige do profissional da segurança pública um novo olhar para o processo de formação, cada vez mais desatrelado daquela função de defesa de território, bem característico da formação disseminada pelas Forças Armadas e que vem influenciando o processo de formação das Polícias Militares. É notável a recorrência de temáticas ligadas a seara que fazem referência ao período de exceção, ou seja, ao período da ditadura militar, “no entendimento de parcela significativa de pesquisadores o modelo policial vigente guarda fortes traços do paradigma militarista. LUIZ (2008, p. 48)

Com o advento da Constituição Federal de 1988, há uma necessidade de um esforço em âmbito nacional, para o aprimoramento da formação dos profissionais de segurança

visando potencializar o compromisso com a cidadania e a educação para a paz, articulando-se, permanentemente com os avanços científicos e o saber acumulado. Segundo MOTA BRASIL (2004, p.159) “os policiais operadores da política de segurança pública deverão conhecer e compreender a natureza dos dissensos vividos no contexto societário para saber intermediar os consensos possíveis”.

Diante desse cenário, requer uma certa celeridade o processo de reforma nas polícias brasileiras vislumbrando que a capacitação do profissional de segurança pública seja uma catalizadora para a efetivação de mudanças mais substanciais nas polícias, sobretudo, nas polícias militares. Deste modo, a mudança de paradigmas foi sendo anunciada por meios legais, através de planos e projetos governamentais, como o 1º Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, o qual já assinalava a importância de se acrescentar às Academias de Polícia matérias específicas de direitos humanos.

O processo vem ocorrendo de forma lenta, a ponto de, só depois de dez anos após a Promulgação da Constituição de 1988 tem início os primeiros esboços de mudanças práticas. No ano de 2000, com a criação do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), o Governo Federal iniciou uma série de ações voltadas para a qualificação e valorização profissional dos agentes de segurança pública, propondo ações que pudessem garantir uma reforma substancial nas polícias estaduais, por meio do desenvolvimento do documento denominado Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão.

As Bases Curriculares trouxeram, pela primeira vez, a descrição de um perfil de profissional idealizado para todas as categorias profissionais da área da segurança pública, estabelecendo que esses profissionais passassem a ter conhecimentos capazes de lhes fazerem compreender a diversidade dos cenários sociais, além do emprego de técnicas e procedimentos em conformidade com as leis nacionais e internacionais, tratando a todos de acordo com os preceitos morais e éticos.

O primeiro Plano Nacional de Segurança Pública surge da seguinte forma de acordo com Soares (2007, p.83):

“...Um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, sequestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TV transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo real. Ato contínuo, o presidente da República determinou que seus auxiliares tirassem da gaveta o papelório, e decidissem, finalmente, qual seria a agenda nacional para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Em uma semana, a nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps,

vinha a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas...”

Da imprevisibilidade de um acontecimento como este do ônibus 174 inúmeras transformações se sucederam, a Polícia Militar do Rio de Janeiro buscou se reinventar, as famílias e os personagens das pessoas envolvidas na crise do ônibus 174 também não são os mesmos e até a Segurança Pública no Brasil busca um novo rumo.

O primeiro Plano Nacional de Segurança, segundo Soares (2007), não foi elaborado com os rigores técnicos e científicos necessários. Para Spaniol (2020), foi o primeiro plano elaborado sob a vigência da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) que foi criada através do decreto nº 2315, de 4 de setembro de 1997.

A crise, como apresentada no capítulo anterior de nosso estudo, apresenta como características; a imprevisibilidade, a ameaça a vida e requer uma resposta especializada da polícia militar. Essa caracterização, advinda dos manuais e doutrinas, não nos dá a verdadeira dimensão da complexidade que há numa ocorrência dessa natureza.

Imaginar que o primeiro interventor vai ser o primeiro agente de segurança pública a lidar com a crise que se apresenta das mais variadas formas, em suas inúmeras possibilidades de contexto, podendo envolver fatores emocionais, sociais, econômicos, religiosos, passionais e ainda com ameaça a vida, é um cenário extremamente caótico de quebra da normalidade.

Por esse motivo, trazemos a visão compartilhada por Amâncio (2021) que entende a crise sob a perspectiva de um “acontecimento” e não de um “fato”, e o mais importante, quais as repercussões e mudanças, suas consequências irão trazer para o mundo real.

A ótica da crise sob à luz da fenomenologia de Claude Romano trazida por Amâncio (2021, p.219) define que a crise é um “acontecimento” e não um “fato”. Para ele, enquanto “fato intramundano” a crise seria uma experiência a qual:

não se reduz nem pode ser compreendida à luz dos “fatos intramundanos”, pois o “fato intramundano” é um evento interpretado a partir de uma unidade articulada de sentido, isto é, de um horizonte compreensível previamente estruturado segundo relações de causa, efeito, finalidade e de uma cronologia linear (AMÂNCIO, 2021, p.219, apud ROMANO, 2012).

Para Amâncio (op.cit) isso não faz sentido, pois a ideia de que a crise seja vista como um “Acontecimento”, de acordo com perspectiva de Claude Romano, quando há crise, não há o que se pensar nesta relação de causa e efeito, já que o acontecimento, é um evento de quebra da normalidade, um evento anárquico, que nunca irá se repetir em iguais dimensões. É um evento que, “jamais pode ser previsto, possui causas insondáveis em sua totalidade e faz advir efeitos incontrolláveis e imprevisíveis” Amâncio (2021, p.218).

Por ser imprevisível suas consequências transformam todos os olhares que antes eram dados a um cenário semelhante ao ocorrido, possibilitando uma nova compreensão, modificando aquele que se relaciona com ela. Quantas mudanças esta e outras crises policiais causaram de forma direta e indireta?

O que aconteceu após o desfecho da crise também serve como fonte de estudo e base teórica para construção de saberes, sendo assim, “uma compreensão desse tipo precisa se voltar para a investigação do mundo que surgiu após o advento do acontecimento, analisando-se as novas significações inauguradas, sabendo que toda análise passa a ser parte dessa história”, (AMÂNCIO 2021, p. 218 apud Romano, 2012).

Diante deste cenário de mudanças contínuas, em 2003 foi elaborado um novo Plano Nacional de Segurança Pública que foi construído de acordo com a participação de “profissionais e pesquisadores de renome nacional” SPANIOL (2020, p.109), dando um aspecto mais técnico e com conceitos científicos bem elaborados. Por ter um compromisso com a seriedade técnica e científica, sem defesa ideológica e partidária e um compromisso em buscar tentar estabelecer um consenso mínimo nacional, “este plano foi recebido com respeito”. SOARES (2007, p. 87).

Este projeto foi elaborado originalmente pelo Instituto da Cidadania como Plano Nacional de Segurança Pública ao longo de mais de um ano de trabalho, segundo MESQUITA NETO (2011, p. 394), “foram ouvidos gestores, pesquisadores, especialistas e profissionais das mais diversas instituições e regiões do país, formados nas mais diferentes disciplinas, além de lideranças da sociedade, em todo o país”.

No transcurso desse plano de segurança começou a se discutir a Matriz Curricular Nacional que foi apresentada em 2003 num amplo seminário nacional sobre segurança pública, que tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

A matriz sofreu sua primeira revisão em 2005, quando foram agregados ao trabalho realizado pela SENASP outros dois documentos: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, que contempla um conjunto de orientações para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações formativas e, a Malha Curricular que apresenta um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública. (BRASIL, 2003, 2009, 2014)

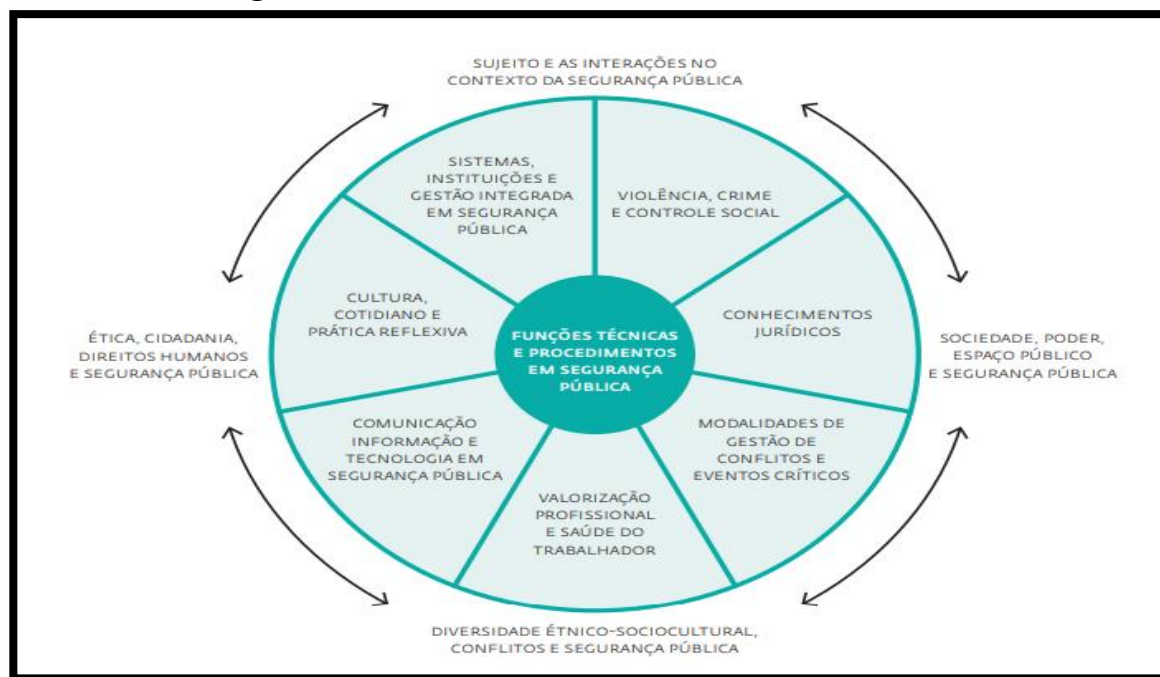
A Matriz Curricular Nacional constitui referencial construído a partir da reflexão sobre currículos estaduais e municipais voltados à segurança pública. Sua estrutura foi organizada em princípios, objetivos gerais, eixos articuladores, áreas temáticas, orientações metodológicas e sistemas de avaliação e monitoramento.

Figura 1 - Eixos Articuladores da Matriz Curricular Nacional



Fonte: Matriz Curricular Nacional, 2014.

Figura 2 - Áreas Temáticas da Matriz Curricular Nacional



Fonte: Matriz Curricular, 2014.

Podemos observar que esta formatação em eixos e áreas temáticas tem o objetivo de promover a transversalidade entre os eixos e as áreas temáticas, assim como, valorizar o processo de interdisciplinaridade promovendo a comunicação entre diversas disciplinas dentro desse processo de construção de saberes. A Matriz Curricular Nacional, por ser uma normatização orientadora em âmbito nacional, procura, através de seus eixos articulados, lançar um olhar mais amplo, enquanto, as áreas temáticas, dão um aprofundamento e uma capilaridade aos assuntos, permitindo o surgimento de subdivisões ainda mais específicas.

É importante ressaltar que esta Matriz Curricular Nacional vem influenciando a construção das grades curriculares dos cursos e as ementas das disciplinas em diversos Cursos em todo Brasil, é que passaremos a analisar, a partir de agora, ao observar as grades curriculares e ementas das disciplinas que, de alguma forma, contribuem para o processo de formação do conhecimento ligado a atividade de primeira intervenção em ocorrência de crise policial nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

3.1 Elementos que estão na Matriz Curricular Nacional relacionados com a construção do saber para atuar numa primeira intervenção em ocorrência de crise

Tal como é formatada, a Matriz Curricular Nacional, por meio de seus eixos articuladores e áreas temáticas, podemos analisar que na área temática modalidade de gestão de conflitos e eventos críticos há uma série de elementos que podem nortear a formação de profissionais de segurança pública para atuar como primeiro interventor em ocorrência de crise policial.

Esta área temática estimula o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com os conflitos, que demandam procedimentos e técnicas diferenciadas de atuação preventiva e reativa, incluindo o estudo de técnicas de mediação, negociação, gradientes do uso da força, entre outras. Dada a complexidade dessas situações de conflito, é fundamental que sejam considerados o foco, o contexto e os envolvidos, para que as decisões sejam tomadas de forma responsável, eficaz, legítima e legal (BRASIL, 2009).

Por ser uma construção teórica de cunho amplo, não se limite a tratar de situações de conflitos rotineiros, mas atrelados a ocorrências de cunho policial mais abrangente, também em seu cerne aspectos relativos a eventos críticos relacionados a análise de riscos, desastres, catástrofes e sistemas de comando de incidentes. Áreas que tanto englobam aspectos relacionados a atividade de polícia como a atividade de Bombeiros e de defesa civil.

Também percebemos que a área temática que fala de Violência, Crime e Controle Social de modo transversal pode contribuir de alguma forma com ferramentas que ajudem na formação teórica e reflexiva do primeiro interventor. Esta área temática trata, entre outros, de noções de criminologia, de processos crimínógenos, psicologia criminal e das interações conflituosas e da sociologia da violência, campos do conhecimento que poderão dar ao primeiro interventor uma noção de como atuar, ao se deparar com um causador de uma crise que esteja tentando tirar a própria vida, podendo ali, dentro do processo de identificação da crise, ter uma leitura, ainda que superficial, de que tipologia pode se enquadrar o causador da crise.

Na matriz curricular nacional percebemos elementos facilitadores e norteadores para a construção do conjunto de conhecimentos que poderão direcionar o primeiro interventor para atuar de forma mais assertiva, minimizando os riscos iniciais de uma ocorrência de crise, além da possibilidade de obter conhecimentos que poderão fazê-lo perceber seus limites de atuação nesse tipo de cenário.

Percebemos que não há um aprofundamento mais detalhado e específico dos conhecimentos relacionados a atuação do primeiro interventor em uma ocorrência de crise, sendo tratado de forma bem interdisciplinar, diluído em saberes dispersos em várias áreas temáticas. Por esse motivo, o passo seguinte em nossa análise, é observar como vem sendo organizado esses componentes no âmbito da formação dos profissionais de segurança pública, especificamente, os policiais militares que trabalham na modalidade de rádio patrulhamento nas áreas dos 1º e do 5º Batalhão de Polícia Militar do Estado da Paraíba.

3.2 Campo de pesquisa e sujeitos envolvidos

Delimitamos nossa pesquisa aos militares que trabalham na modalidade de policiamento realizado em uma viatura, normalmente compostas por dois ou três policiais e que geralmente são comandadas por um Sargento, podendo ser comandada por um Cabo e excepcionalmente por um Soldado.

De acordo com a hierarquia, apenas praças compõe o serviço de rádio patrulhamento assim definido por Hayde Caruso:

As chamadas Rádio Patrulhas ou RPs, são viaturas, (veículos populares) que não possuem compartimento para xadrez como existe na PATAMO (veículo tipo Blazer) . A ideia é que este tipo de policiamento ostensivo motorizado esteja voltado para o atendimento inicial das ocorrências mais comuns e; para tanto, seu serviço é interligado com o Centro de Operações da Polícia

Militar (190) a fim de que as chamadas recebidas sejam repassadas para a RP mais próxima do local da ocorrência. Aqueles que atuam nas RPs são chamados de Patrulheiros. (CARUSO, 2004, p.110)

De acordo com o Artigo 14 da lei nº 3.909 que versa sobre o estatuto dos policiais militares do estado da paraíba, os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar (PARAÍBA, 1977) são fixados da seguinte forma.

Figura 3. Hierarquia da PMPB



Como o objeto da nossa pesquisa é saber como estes policiais militares que trabalham no rádio patrulhamento nas áreas do 1º e 5º Batalhões da Polícia Militar do Estado da Paraíba, situados na região metropolitana da grande João Pessoa, enxergam seu nível de preparo conceitual, atitudinal e procedimental para atuar em ocorrências de crise na condição de primeiro interventor.

Julgamos ser de grande relevância saber como vem sendo a preparação destes policiais militares, tanto em sua formação de entrada realizada durante o Curso de Formação de Soldados, assim como, em suas formações seguintes, provenientes de aprovação em concursos internos destinados a ascensão funcional dentro da corporação, e aí, nos referimos aos Cursos de Formação de Cabos e o Curso de Formação de Sargentos.

A realização destes cursos ocorre no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba, unidade que norteia todos os tipos de formação dentro da instituição, tanto em nível de

formação inicial básica, como em cursos de especialização, de praças como de oficiais. É nessa unidade que parte todas as diretrizes educacionais dentro da Polícia Militar da Paraíba.

3.3 Ingresso e Processo de Formação

Para que possamos entender melhor o processo de formação do Policial Militar da Paraíba é importante saber que existe duas formas de ingresso; uma delas é se submetendo ao Concurso para Formação de Soldados ou o Concurso para Formação de Oficiais.

Em ambos, os candidatos, quando aprovados em todas as etapas do certame, passarão pelo Cursos de Formação de Soldados com duração média de 8 meses e que irá capacitá-lo para atuar em atividades de execução, ao passo que o Curso de Formação de Oficiais, tem duração, de 36 meses, e capacita o profissional para exercer atividades prioritariamente de planejamento e comando.

A formação das praças é realizada em uma subunidade dentro do Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) é responsável pela realização dos cursos que formam o rol de policiais militares que são objeto de nossa pesquisa, realizando a formação básica do Policial Militar para exercer a função de Soldado.

Além desta formação inicial, chamamos a atenção para os concursos internos restritos para aqueles policiais militares que já são da Polícia Militar da Paraíba como é o caso do Curso de Formação de Cabos, elemento que, dentro dos graus hierárquicos, assume algumas funções distintas a de soldado, e que possui um grau de atribuições maiores relacionadas às de Soldado.

Temos também, o Curso de Formação de Sargentos, do qual, apenas quem já é Soldado ou Cabo da PMPB pode concorrer a uma das vagas. Visa formar militares na graduação de 3º Sargento, momento em que, começam a ter atribuições de comando de pequenas frações e de viaturas.

O mais comum é que as viaturas de rádio patrulhamento sejam comandadas por Sargentos e com menos frequência por Cabos, mas, via de regra, essas duas graduações atuam nessa função e portanto serão pretensos candidatos a serem o primeiro interventor em uma ocorrência de crise.

3.4 Como vem sendo idealizado a construção do conhecimento dentro da temática da primeira intervenção em crise nos currículos dos Cursos de formação de Praça da Polícia Militar da Paraíba

Em nível de formação de praças, o curso que acontece com mais frequência e goza de uma certa regularidade na Polícia Militar da Paraíba é o curso de formação de soldados, que em virtude da demanda constante de reposição de polícias militares nas ruas e a necessidade de complementação de efetivo atrelada a ida de militares para reforma e reserva requer que haja um número maior de formações.

O Curso de Formação de Sargentos ocorre com bem menos frequência e, por muitos anos, deixou de ser realizado. Só recentemente foi realizado no ano de 2013 e por esse motivo iremos consultar a grade curricular que contempla os anos de 2013 até 2017.

Da mesma forma o Curso de formação de Cabo passou muitos anos sem ser realizado, havendo apenas uma grade curricular vigente a qual irá subsidiar nosso estudo.

3.5 Componentes Curriculares do Curso de Formação de Soldados

A nossa análise dos currículos e ementas começa com os currículos do Curso de Formação de Soldados dos anos de 2002, 2005, 2007 e 2015 anos em que houve processo de formação para capacitação de soldados, dentro de um quadro mais atual de formação. A grade Curricular do Curso de Formação de Soldados do ano de 2002 teve uma carga horária total de 1.010 horas aulas divididas em módulo básico, o qual ainda se subdivide em Fundamental, técnico e jurídico e no módulo especializado com apenas duas subdivisões, sendo elas, as disciplinas de policiamento feminino e noções de ciclo patrulhamento.

Quadro 1 – Grade Curricular do CFSD 2002

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM
3. GRADE CURRICULAR.

MÓDULO BÁSICO

Nº ORD.	ÁREA	DISCIPLINA	C/H
1.	Fundamental	Comunicação Social	20h/a
2.		Defesa Pessoal	30h/a
3.		Deontologia Policial Militar	15h/a
4.		Educação Física e Desportos	90h/a
5.		Exercícios de Ordem	30h/a
6.		Fundamentos da Psicologia Social	20h/a
7.		Informática	30h/a
8.		Idiomas	30h/a
9.		Introdução à Sociologia	20h/a
10.		Organização Institucional	45h/a
11.	Técnico	Defesa Civil	45h/a
12.		Atendimento Pré-hospitalar	30h/a
13.		Doutrina de Polícia Ostensiva	75h/a
14.		Gerenciamento de Crises	20h/a
15.		Medicina Legal e Toxicologia	30h/a
16.		Policimento Ambiental e Florestal	15h/a
17.		Policimento de Praças Desportivas, Eventos e Choque	20h/a
18.		Policimento de Trânsito Urbano e Rodoviário	20h/a
19.		Policimento em Estabelecimentos Prisionais	20h/a
20.		Polícia Comunitária	30h/a
21.	Jurídico	Inteligência Policial	20h/a
22.		Prevenção e Combate a Incêndio	15h/a
23.		Técnica de Tiro Defensivo	45h/a
24.		Telecomunicação Operacional	20h/a
25.		Direito Judiciário Militar	30h/a
26.		Direito Penal e Processual Penal	45h/a
27.		Direitos Humanos	30h/a
28.		Direito Administrativo	15h/a
29.		Soma	855h/a
30.		Atividades Complementares	15h/a
31.		Estágio Supervisionado	90h/a
32.		SOMA GERAL	960h/a

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM

MÓDULO ESPECIALIZADO

Nº ORD.	ÁREA	DISCIPLINA	C/H
1.	Especializado	Policimento Feminino	20h/a
2.		Noções de Ciclopatrulhamento	30h/a
3.			
4.			
5.			
6.		Soma	50h/a
7.		SOMA GERAL	50h/a

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa PMPB

Como o objeto de nossa pesquisa está relacionado ao processo de construção do conhecimento da atuação do profissional para atuar como primeiro interventor em uma ocorrência de crise, iremos lançar um olhar para as disciplinas que tenham esse viés de conteúdo.

Quadro 2 – Grade Curricular do CFSD 2005



**POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO - DIVISÃO DE ENSINO**

COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS/2005

TÉCNICO EM POLÍCIA PREVENTIVA

Nº	DISCIPLINA	CH
Sistemas Instituições e Gestão Integrada da Segurança Pública		
1.	Estado, Polícia e Sociedade	30
2.	História da PM	30
3.	Legislação e Organização Institucional	30
4.	Sistema de Justiça Criminal Brasileiro	30
Violência Crime e Controle Social		
5.	Delinquência e Fatores Criminógenos	30
6.	Drogas e Criminalidade	30
7.	Violência, Cultura e Criminalidade	30
Cultura e Conhecimentos Jurídicos		
8.	Cidadania e Direitos Humanos	30
9.	Direito Penal e Processual Penal	60
10.	Direito Judiciário Militar	30
Modalidade de Gestão e Eventos Críticos		
11.	Administração de Conflitos Interpessoais	30
12.	Administração de Eventos Críticos de Massa	30
13.	Técnicas de Contenção e Uso da Força	45
Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador		
14.	Atividade Física e Desportiva	90
15.	Higiene e Saúde do Profissional de Segurança Pública	30
16.	Exercícios de Ordem	30
17.	Psicologia Aplicada à Atividade Policial	30
Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública		
18.	Informática Aplicada à Segurança Pública	30
19.	Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol)	30
20.	Nocções de Inteligência Policial	30
21.	Português Instrumental	30
22.	Gestão em Relações Públicas e Humanas	30
23.	Telecomunicação Operacional	30
Cotidiano e Prática Policial		
24.	Prática Policial Reflexiva: Condutas Técnicas e Éticas	30
25.	Meio Ambiente e Segurança Pública	30
26.	Doutrina de Polícia Ostensiva	75
27.	Prática de Polícia Ostensiva	75
Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública		
28.	Nocções de Criminalística	30
29.	Nocções de Prática Bombeirística	30
30.	Operações de Segurança	30
31.	Socorros de Urgência	30
32.	Técnicas e Táticas de Intervenção em Situações de Risco Iminente	30
33.	Técnicas de Tiro de Defensivo: uma abordagem do Método Giraldi	45
S O M A		1.200
E S T A G I O S U P E R V I O N A D O		100
T O T A L		1.300

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa PMPB

No caso desta grade curricular percebemos que disciplinas como Fundamentos da Psicologia Social, Introdução da Sociologia e a disciplina de Gerenciamento de Crise discutem elementos em suas ementas que podem auxiliar na formação do conhecimento para atuar como primeiro interventor em uma crise.

No Curso de Formação de Soldados de 2005 já percebemos uma formatação diferente da grade curricular. A nosso ver já influenciada pelas primeiras discussões, a nível nacional em torno da Matriz Curricular Nacional, que começou a ser discutida ainda em 2003. De acordo com a Portaria nº0050/05 – Diretoria de Ensino da PMPB houve uma atualização do Currículo do Curso de Formação de Soldados do ano de 2005 que já não se divide em modulo básico e especializado, como no Currículo do Curso de Formação de Soldados do ano de 2002 e com esta modificação a carga horária para a ser de 1.300 horas aulas.

O curso passa a se chamar, curso técnico em polícia preventiva e é subdividido em 33 disciplinas esquematizadas de acordo com os seguintes tópicos: Sistemas Instituições e Gestão integrada da Segurança Pública, Violência, Crime e Controle Social, Cultura e Conhecimentos Jurídicos, modalidade de Gestão e Eventos Críticos, Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador, Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública, Cotidiano e Prática Policial e por fim Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (PARAÍBA, 2005).

Claramente podemos observar nessas subdivisões que estes tópicos nada mais são do que as áreas temáticas descritas na Matriz Curricular Nacional o que nos mostra o início de um processo de adequação na formação das forças policiais estaduais a partir da normativa nacional.

De acordo com a grade curricular do curso de formação de soldados do ano de 2005 percebemos que disciplinas como: delinquência e fatores criminógenos, administração de conflitos interpessoais, administração de eventos críticos de massa e técnicas e táticas de intervenção em situações de risco iminente trazem propostas que podem contribuir para a construção do conhecimento objeto de nosso estudo. Não percebemos mais a presença da disciplina de gerenciamento de crises, tal como na grade curricular do CFSD 2002.

Em 2007 tanto a grade curricular como as ementas das disciplinas se mantêm a mesma do Curso de Formação de Soldados de 2005. Em 2015, no entanto, ao analisar a grade curricular observamos a manutenção das subdivisões da mesma forma que em 2005 e 2007 e percebemos pequenas mudanças como o acréscimo da disciplina de análise de cenário e riscos, dentro da área temática da modalidade de gestão de conflitos e eventos críticos.

Dentre as disciplinas que podem ter um relacionamento com a temática de nosso estudo, temos: Abordagem Histórica Sociopsicológica da Violência e do Crime, Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres, Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos, Resolução de Problemas e Tomada de Decisão, Gerenciamento de Crises, Técnicas e Táticas de Intervenção em Situações de Risco Iminente.

Quadro 3 – Grade Curricular do CFSD 2007

CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS PM – COMBATENTE				
MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DA POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR				
NÚCLEO COMUM				
ORD.	ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CH	CR
1.	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública	16	01
2.		Fundamentos da Gestão Pública	12	01
3.		Gestão Integrada e Comunitária	12	01
4.		Sistema de Segurança Pública	12	01
6.	Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Sócio-psicológica da Violência e do Crime	24	01
7.		Criminologia Aplicada à Segurança Pública	20	01
11.	Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos	20	01
12.		Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	40	02
17.	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Análise de Cenários e Riscos	12	01
18.		Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	14	01
19.		Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20	01
20.		Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12	01
21.	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Educação Física	120	04
22.		Relações Interpessoais	24	01
23.		Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12	01
24.	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Documentação Técnica	12	01
25.		Estatística Aplicada à Segurança Pública	20	01
26.		Gestão da Informação	20	01
27.		Inteligência Policial	24	01
28.		Introdução à Análise Criminal	24	01
29.		Língua e Comunicação	20	01
30.		Tecnologias e Sistemas Informatizados	20	01
31.	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Telecomunicações	20	01
33.		Diversidade Étnico-sociocultural	14	01
34.		Ética e Cidadania	12	01
35.		Exercícios de Ordem	30	02
36.	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Identidade e Cultura da Organização Policial	18	01
37.		Abordagem	60	04
38.		Atendimento Pré-Hospitalar	30	02
39.		Defesa Pessoal Policial	45	03
40.		Preservação e Valorização da Prova	18	01
41.		Técnicas de Imob. Policiais e Utilização de Algemas	18	01
42.		Técnicas de Tiro Defensivo	60	04
43.	SOMA	Uso Diferenciado da Força	40	02
			875	49

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa PMPB

O conhecimento numa temática é construído através da interdisciplinaridade e desta forma percebemos que diferentes áreas temáticas e eixos articulados interagem para que determinado assunto ganhe corpo teórico e conceitual.

Não percebemos uma disciplina específica que trate da temática primeira intervenção em crise policial, no entanto, percebemos que há disciplinas diretamente relacionadas a

conhecimentos sobre crise ou eventos críticos. Disciplinas como gerenciamento de crise colocada, com esta nomenclatura no CFSD de 2002, mas que já em 2005, não entra na grade curricular com este nome, passa a ser trabalhada nas disciplinas de administração de conflitos interpessoais, administração de eventos críticos de massa e técnicas e táticas de intervenção em situações de risco iminente. Ao analisar as ementas destas duas últimas disciplinas não percebemos uma aproximação de nenhuma delas com a temática da primeira intervenção em crise.

Por esse motivo entendemos que em relação a grade curricular de 2002 houve um certo retrocesso. A disciplina de gerenciamento de crise que havia na grade curricular de 2002, esta sim, traz conceitos basilares sobre crise, tais como, conceitos de crise, características, conceito de gerenciamento de crise, graus de risco, medidas iniciais, dentro outros.

Nos Cursos de formação de Soldados de 2005 e 2007 a disciplina de gerenciamento de crise sai da grade curricular só retornando em 2015 como o nome de gerenciamento integrado de crises e desastres e desta forma tem o seu espectro de atuação ampliado, falando não apenas dos conceitos básicos de uma crise policial mas de noções de sistema integrado de gestão de crise, plano de contingência, conceito de desastres, ampliando assim o leque de conhecimentos para campos relacionados a crises envolvendo desastres naturais e manifestações sociais de massa.

3.6 Componentes Curriculares do Curso de Formação de Cabos

O Curso de Formação de Cabos não ocorre com a mesma frequência que o Curso de Formação de Soldados e do de Sargento e por muitos anos não foi realizado, somente em 2018, foi retomado com uma grade curricular construída da seguinte forma:

Quadro 4 – Grade Curricular do CFC 2018

COMPONENTES CURRICULARES DO CFC PM 2018					
(QUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS COMBATENTES - QPC)					
PERÍODO ÚNICO					
Nº	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CR	PR
		MÓDULO JURÍDICO			
1		Direito Penal Militar	20	01	**
2		Legislação e Regulamentos	20	01	**
		MÓDULO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO			
3		Abordagem de Veículos	20	01	**
4		Blitz Policial	30	02	**
5		Condução Operacional de Veículos	20	01	**
6		Educação Física III	45	02	**
7		Exercícios de Ordem e Monitoria	30	02	**
8		Policiamento Comunitário Escolar	20	01	**
9		Policiamento de Guardas em Cadeias Públicas	20	01	**
10		Tática Policial, de Abordagem a Edificações e Pessoas	30	02	**
11		Técnicas de Policiamento Preventivo em RP	30	02	**
12		Técnicas de Tiro Defensivo II	45	02	**
13		Tópicos de Policiamento Ambiental	12	01	**
14		Tópicos de Policiamento com Bicicletas	12	01	**
15		Tópicos de Policiamento com Cães	12	01	**

16		Tópicos de Policiamento Montado	12	01	**
17		Tópicos de Patrulhamento Rural	06	01	**
18		Tópicos de Patrulhamento Urbano	06	01	**
		MÓDULO COMPLEMENTAR E EaD			
19		Curso de Condutores de Veículos de Emergência (EaD)	60	02	**
		SEMINÁRIOS E PALESTRAS			
20		Táticas em duplas (C)	20	**	**
21		Estudo de casos práticos de crimes militares (P)	04	**	**
22		Dicas de uso correto das redes sociais (P)	04	**	**

SUB-TOTAL			478	26	**
PALESTRAS, SEMINÁRIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES			80	-	**
À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO			22	-	**
CARGA HORÁRIA TOTAL			580	26	**

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa

Essa grade curricular é a que vem sendo utilizada durante os Curso de Formação de Cabos realizados após 2018 e podemos constatar que não há nenhuma disciplina destinada a construção do conhecimento sobre a temática da primeira intervenção em ocorrência de crise policial.

A formatação desta grade curricular leva em consideração que o policial militar já tenha passado pela formação do Curso de Soldados e por esse motivo temos uma carga horária de 580 horas/aulas, bem reduzida quando comparada com a formação inicial de Soldado, assim como, um rol de disciplinas bem enxuto.

3.7 Componentes Curriculares do Curso de Formação de Sargento

O Curso de Formação de Sargento possui duas grades curriculares, uma utilizada do ano de 2013 até 2017 e outra que será usada de 2022 em diante, até que haja a necessidade de uma outra reformulação.

Ao realizamos uma análise comparativa percebemos que ocorreu uma atualização que promoveu mudanças relacionadas ao objeto de nosso estudo. Na primeira grade curricular temos as disciplinas de Gerenciamento de Crise e Neurolinguística e Inteligência Emocional Aplicada, conforme observado no Quadro 5 – Grade Curricular do CFS 2013.

Ao sofrer a atualização percebemos a saída da disciplina Neurolinguística e Inteligência Emocional Aplicada e a manutenção da Disciplina de Gerenciamento da Crise e o acréscimo da disciplina de Ocorrências envolvendo Artefatos e Explosivos, conforme observado no Quadro 6 – Grade Curricular do CFS 2022.

Ao analisar as ementas das disciplinas percebemos uma relação de assuntos com a temática da primeira intervenção em ocorrência de crise. A disciplina de Gerenciamento de Crise traz os aspectos conceituais basilares, tal como, o conceito de crise, características, graus de risco, níveis de resposta, entre outros.

A disciplina de Neurolinguística e Inteligência Emocional Aplicada tem uma proposta de trazer conhecimentos relacionados aos conceitos da Programação Neurolinguística relacionados a possibilidades de construção de vínculos entre o policial militar com quem está causando a crise. Conceitos como calibragem, ancoragem, rapport entre outros que são propostos na disciplina podem ser usados pelo primeiro interventor durante uma crise policial.

A disciplina Ocorrências envolvendo Artefatos e Explosivos já tem uma proposta mais direta e prática voltada para a realidade diante do contexto das explosões a estabelecimentos bancários ela se dispõe a capacitar os policiais militares a identificar artefatos explosivos e tomar as primeiras medidas após essa identificação.

Quadro 5 – Grade Curricular do CFS 2013

COMPONENTES CURRICULARES DO CASP PM 2013 (QUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS COMBATENTES - QPC)					
			PERÍODO ÚNICO		
Nº	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH	CR	PR
MÓDULO FUNDAMENTAL					
1	623010500	Atividade Física e Desportiva	48	02	**
2	653035707	Construção e Elaboração de Documentos	20	01	**
3	653030600	Defesa Pessoal	45	02	**
4	653031000	Direito Judiciário Militar	30	02	**
5	653033001	Exercícios de Ordem	30	02	**
6	653030701	Informática Aplicada a Segurança Pública	20	01	**
7	653032501	Sistema de Segurança Pública no Brasil	20	01	**
8	653032203	Legislação e Regulamentos PM II	40	02	**
9	653031700	Técnicas de Tiro Defensivo	60	02	**
10	653035104	Metodologia e Técnicas de Ensino	30	02	**
MÓDULO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO					
11	653034322	Direito Penal Aplicado à Atividade Policial	30	02	**
12	653034323	Direito Proc. Penal Aplicado à Atividade Policial	30	02	**
13	653030804	Direitos Humanos Aplicado	20	01	**
14	653031103	Doutrina de Policiamento Ostensivo II	60	02	**
15	653035301	Gerenciamento de Crises	30	02	**
16	653033604	Gestão da Informação	60	02	**
17	653034119	Gestão de Finanças	30	02	**
18	653034120	Gestão de Logística	20	01	**
19	653033512	Gestão de Pessoas	30	02	**
20	653034402	Legislação Especial Aplicada II	30	02	**
21	653033505	Neurolinguística e Inteligência Emocional Aplicada	30	02	**
22	623010617	Técnicas de Uso Diferenciado da Força	30	02	**
MÓDULO COMPLEMENTAR					
23	653030809	Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos	45	02	**
24	653033507	Liderança Aplicada – EaD	30	02	**
25	653032802	Enfrentamento a Violência Doméstica	30	02	**
SUB-TOTAL			860	45	**
PALESTRAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES			100	-	**
À DISPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO			62	-	**
CARGA HORÁRIA TOTAL			1022	45	**

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa

Quadro 6 – Grade Curricular do CFS 2022

COMPONENTES CURRICULARES DO CFS PM 2022.2 (QUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS COMBATENTES - QPC)					
PERÍODO ÚNICO					
Nº	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CH		
MÓDULO FUNDAMENTAL			618		
1		Atividade Física e Desportiva	60		
2		Assessoria de Comando	30		
3		Direitos Humanos	30		
4		Atendimento Pré-Hospitalar	24		
5		Legislação e Regulamentos PM	45		
6		Noções de Direito Administrativo	45		
7		Sistemas Informatizados	24		
8		Defesa Pessoal	45		
9		Direito Penal Aplicado à Atividade Policial	45		
10		Direito Penal Militar	30		
11		Exercício de Ordem e Instrutoria	45		
12		Legislação Especial Aplicada II	45		
13		Oratória	30		
14		Técnicas de Tiro Defensivo III	45		
15		Técnicas de Elaboração de Procedimentos Administrativos	45		
MÓDULO TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO			233		
16		Inteligência Policial II	24		
17		Ocorrência Envolvendo <u>Artefatos e Explosivos</u>	24		
18		Técnica de Policiamento Ostensivo	45		
19		Técnicas de Patrulhamento Rural	40		
20		Técnicas de Patrulhamento Urbano	30		
21		Identificação Veicular	40		
22		Gerenciamento de Crises	30		
MÓDULO COMPLEMENTAR					
23		Enfrentamento a Violência Doméstica (Ead)	60		
24		Liderança para Graduados (Ead)	60		
25		Autodefesa Policial (Workshop)	20		
TOTAL GERAL			991		
PALESTRAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES			100		
CARGA HORÁRIA TOTAL			1091		

Fonte: CETP Coordenadoria de Ensino, Treinamento e Pesquisa

4 RESULTADOS E REFLEXÕES

Seguindo uma sequência metodológica, finalizamos como última etapa do estudo, a apresentação e análise dos dados obtidos através de uma pesquisa de cunho quanti- qualitativa realizada por meio de um questionário, ferramenta, que entendemos, atender a necessidade de obter as informações referentes ao objeto de nossa pesquisa. Definido por Prodanov (2013 p. 108) como sendo “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante”.

Desse modo elaboramos um questionário de forma bem objetiva, numa linguagem simples, com perguntas com respostas escalonadas, conforme define Prodanov (op Cit) “são perguntas de múltipla escolha, nas quais as opções são destinadas a captar a intensidade das respostas dos entrevistados”. O nível de escalonamento foi estabelecido da seguinte forma; (1) – grau de conhecimento insuficiente, (2) – pouco conhecimento, (3) - satisfatório, (4) bom e (5) excelente.

Sendo o questionário dividido em blocos temáticos onde as primeiras questões foram direcionadas a buscar entender o perfil dos profissionais pesquisados, um segundo bloco temático, mais específico, com perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa, buscando obter uma percepção do nível de conhecimento conceitual, atitudinal e procedimental, sobre a temática da primeira intervenção em ocorrência de crise policial, por parte dos policiais militares do rádio patrulhamento, construído ao longo de todo um processo de formação policial no âmbito da instituição. Um terceiro bloco onde foi disponibilizado aos pesquisados um oportunidade de deixar algum tipo de sugestão ou observação relacionada a temática da pesquisa.

Por ser um universo muito amplo, resolvemos restringir nosso campo de pesquisa a policiais militares responsáveis por executar a atividade policial na modalidade de policiamento rádio patrulhamento nas áreas geográficas do 1º e do 5º Batalhões da Polícia Militar da Paraíba, situados na região metropolitana da grande João Pessoa, respectivamente zona norte e sul da cidade e que são os Batalhões da Polícia Militar com o maior número de atendimentos de ocorrência do Estado.

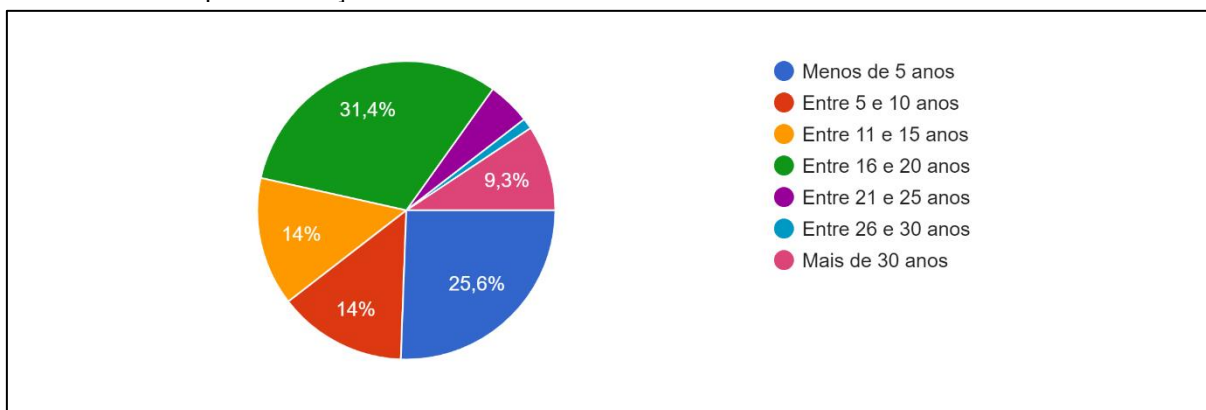
Em virtude dessa grande demanda de ocorrências, naturalmente, estes policiais, em termos proporcionais, são os mais propensos a atuarem na condição de primeiro interventor em ocorrência de crise policial e, por isso, o motivo de nossa escolha por essa delimitação espacial de nossa pesquisa.

O questionário foi disponibilizado a todos os policiais militares que se enquadraram nessa delimitação definida. O questionário foi enviado por meio eletrônico através dos grupos funcionais de WhatsApp que os encaminhavam para um link e possibilitavam as respostas de modo simples e rápido. A resposta era de cunho facultativo e, deste modo, 86 policiais militares colaboraram de forma voluntária com a pesquisa.

4.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Nem todos os integrantes da rádio patrulha responderam à pesquisa, ainda assim, obtivemos uma amostragem bem expressiva que atendeu ao interesse do nosso estudo. A partir desta coleta de dados, podemos perceber que o efetivo da rádio patrulha possui uma composição que promove uma mescla de gerações, as quais vivenciaram formas distintas de processo de formação profissional. Temos 25,6% de policiais com menos de cinco anos na instituição, 28% entre cinco e quinze anos de instituição e 31,4% entre dezesseis e vinte anos de polícia.

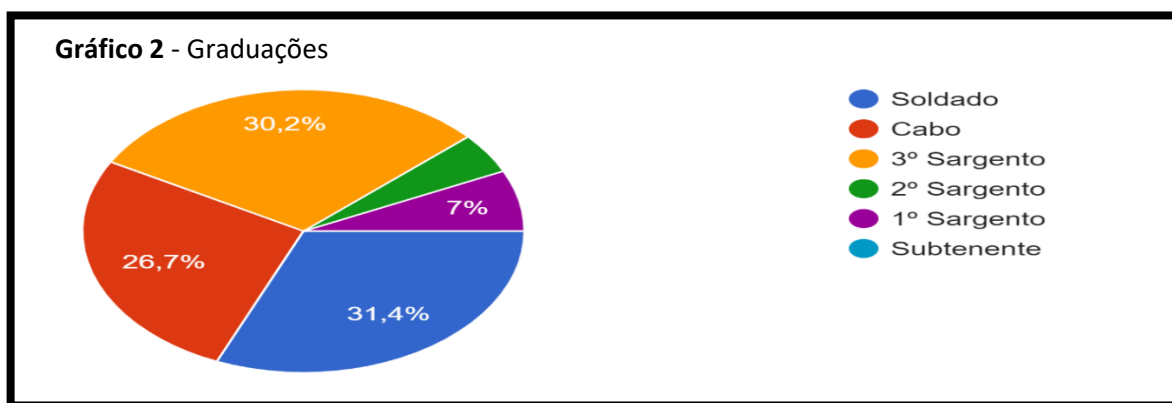
Gráfico 1 – Tempo de serviço na PMPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

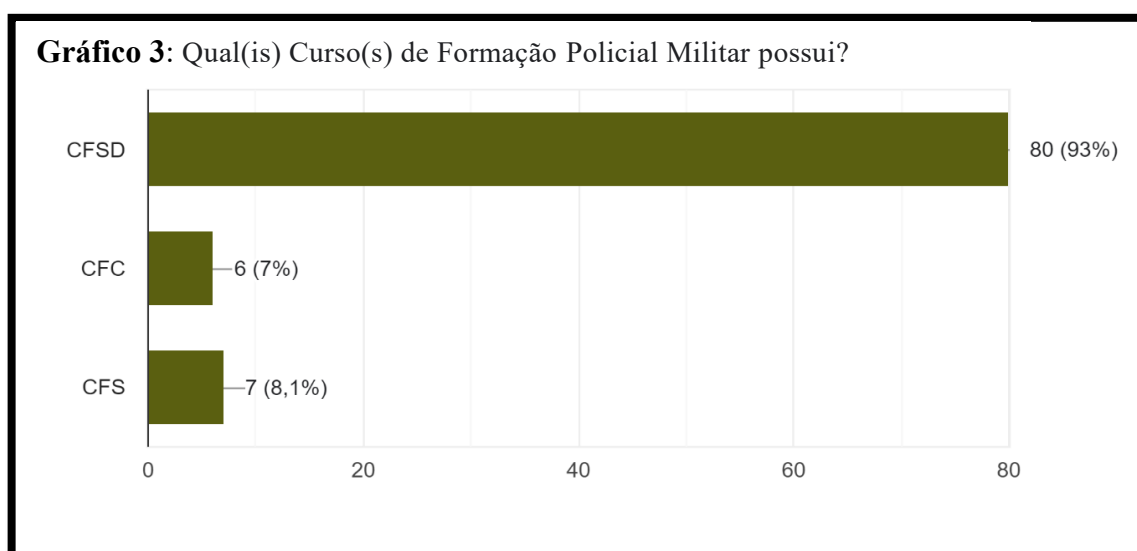
Em meio aos participantes 37,2% possuem nível superior completo, 33,7% possuem nível médio completo e 19,8% possuem nível superior incompleto. 79,1% deles afirmam nunca terem trabalhado no serviço administrativo da Polícia Militar, o que demonstra que é um efetivo de base prática e operacional que tem a vivência o dia a dia policial nas ruas, durante o atendimento dos diversos tipos de ocorrências.

De acordo com a graduação temos o seguinte gráfico;



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Na condição de 3º Sargento, aquele que, na composição de uma viatura de rádio patrulha, assume a função de Comandante, temos um dos maiores percentuais. Em termos percentuais observamos um certo equilíbrio entre as graduações. Vale destacar, que o comando de uma viatura, geralmente é realizado por um Sargento, excepcionalmente por um Cabo, a depender da disponibilidade de Sargentos e de Cabos, em alguns casos, poderá ser feito por um Soldado. Todos os participantes passaram, no mínimo, pelo processo de formação de soldados que é obrigatório para ingresso de praças na instituição.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Percebemos que 7% dos participantes fizeram o Curso de Formação de Cabos e 8,1% fizeram o curso de formação de Sargentos. Com essa informação, notamos que a grande maioria dos militares da rádio patrulha não foram aprovados através de um concurso interno para que realizassem os Cursos de Formação acima citados, obtiveram suas promoções em

virtude do critério tempo de serviço, ou seja, de Soldado para Cabo 10 anos de serviço e de Cabo para 3º Sargento mais 10 anos.

Ao serem promovidos pelo critério de tempo de serviço, os militares são submetidos a um curso de habilitação, nesse caso, o Curso de Habilitação de Cabos e de Sargentos com carga horária menor e com uma grade curricular mais enxuta do que um Curso de Formação. Nosso estudo se ateve ao processo de construção dos saberes relacionados aos Cursos de Formação e não ao de Habilitação, por entendermos que os cursos de habilitação possuem uma visão bem mais prática e célere para habilitar os militares a serem promovidos.

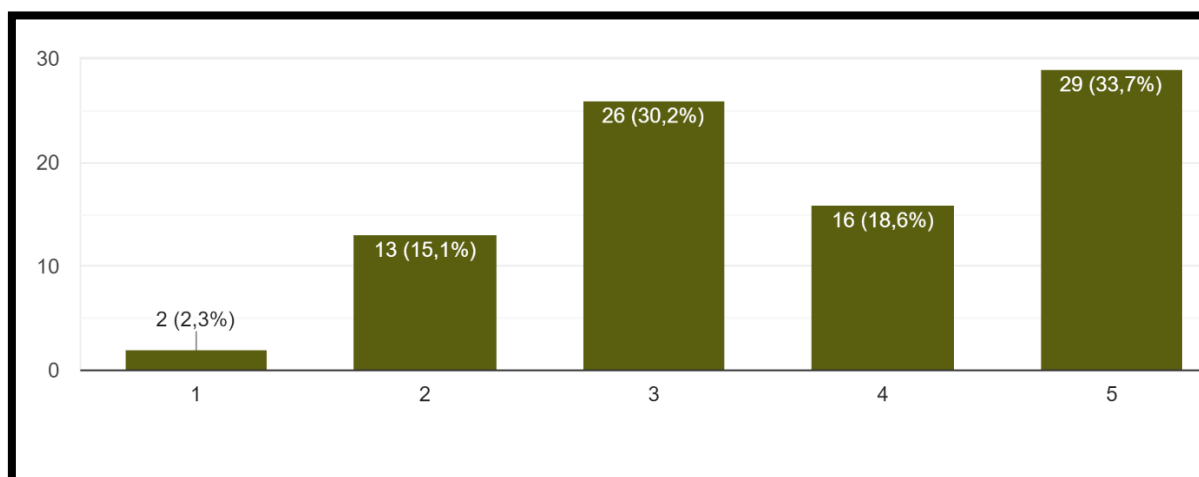
Entendemos que após o cumprimento do critério de tempo para a promoção, aquele militar já possui um nível de experiência e a expertise para assumir a nova graduação, sendo o curso de habilitação uma espécie de capacitação profissional e não uma formação. Diferente do Curso de Formação, aonde o militar que se submete, pode ter poucos anos como soldado ou como Cabo, para poderem preencher os requisitos para participar do respectivo concurso interno, além de que, ainda como Soldado poderá se submeter a um concurso para Sargento e por isso requer um processo de formação mais criterioso e mais completo, por esse motivo voltamos o foco da nossa pesquisa no estudo da grade curricular e das ementas dos cursos de formação de praças.

4.2 Percepções dos Policiais Militares sobre o conceito de Primeiro Interventor em Ocorrência de Crise Policial

Após as primeiras perguntas, destinadas a podermos traçar o perfil de nossos participantes, dedicamos a realizar questionamentos relacionadas aos aspectos conceituais. Com isso, podemos constatar que 90,7 % dos participantes saberiam definir e identificar uma ocorrência de crise policial. E de acordo com o quadro abaixo constatamos que 33,7 % julgam de grande importância os conhecimentos relacionados ao atendimento de ocorrência de crise policial. Apenas 15,1% julgam pouco importante e 2,3% julgam que possuem conhecimentos insuficientes para exercerem sua atividade na condição de policiais militares do rádio patrulhamento.

Qual nível de importância, você na condição de policial militar do rádio patrulhamento, daria para os conhecimentos relacionados ao atendimento de ocorrência de crise policial?

Gráfico 4: Qual nível de importância é dado para os conhecimentos relacionados ao atendimento de ocorrência de crise?

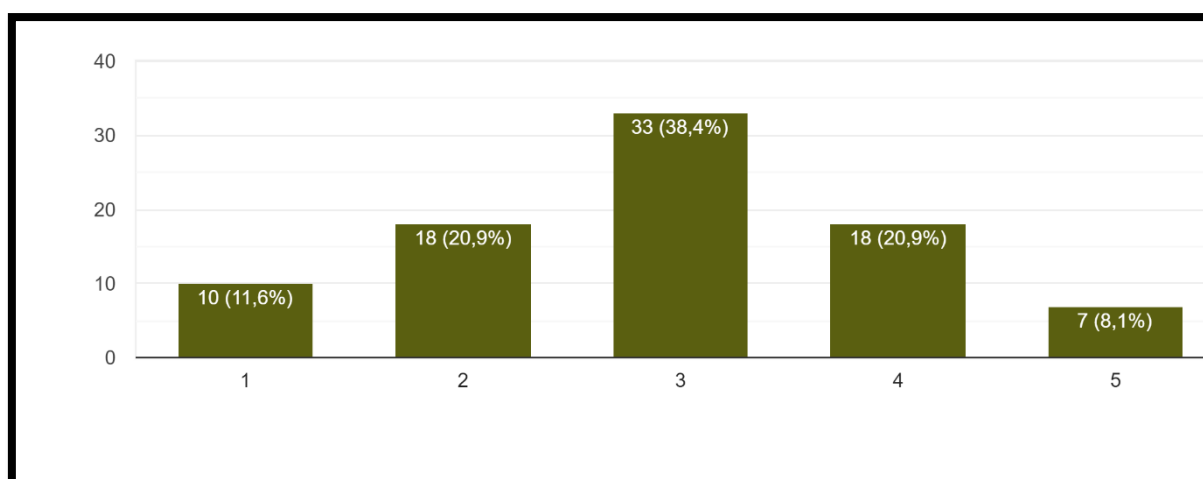


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

De um modo geral, 30,2 % acreditam que esse conhecimento seja um conhecimento satisfatório, 18,6% um bom conhecimento em se ter e a maioria atesta ser um conhecimento de excelente relevância.

O passo seguinte foi questioná-los acerca da percepção deles em ter os conhecimentos necessários para tomar as medidas iniciais num cenário de crise policial e o quadro seguintes nos mostra que:

Gráfico 5: Nível de Percepção de conhecimentos para tomar as medidas iniciais num cenário de crise policial



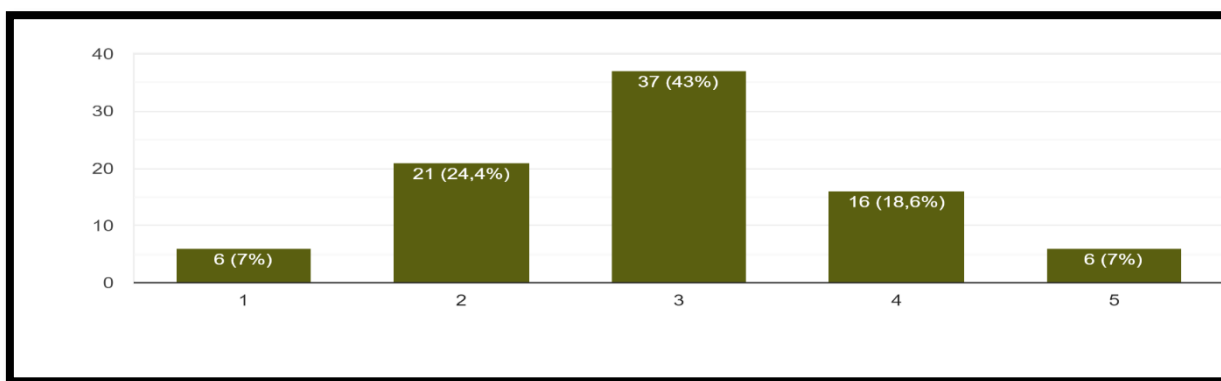
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A grande maioria percentual atesta ter um conhecimento satisfatório para tomar as medidas iniciais, cerca de 38,4 %, enquanto, 11,6% julgam ter um conhecimento insuficiente e que 20,9% acreditam ter pouco conhecimento para tomar as medidas iniciais durante uma

crise policial. O mesmo percentual de 20,9 % assegura ter um bom conhecimento sob a temática.

Quando questionados sobre o conhecimento teórico e procedimental que eles acreditam ter sobre o atendimento de ocorrência de crise policial 43% afirmam ter um conhecimento satisfatório, 24,4% acreditam ter pouco conhecimento e 18,6% um bom conhecimento teórico e procedimental, conforme o quadro abaixo.

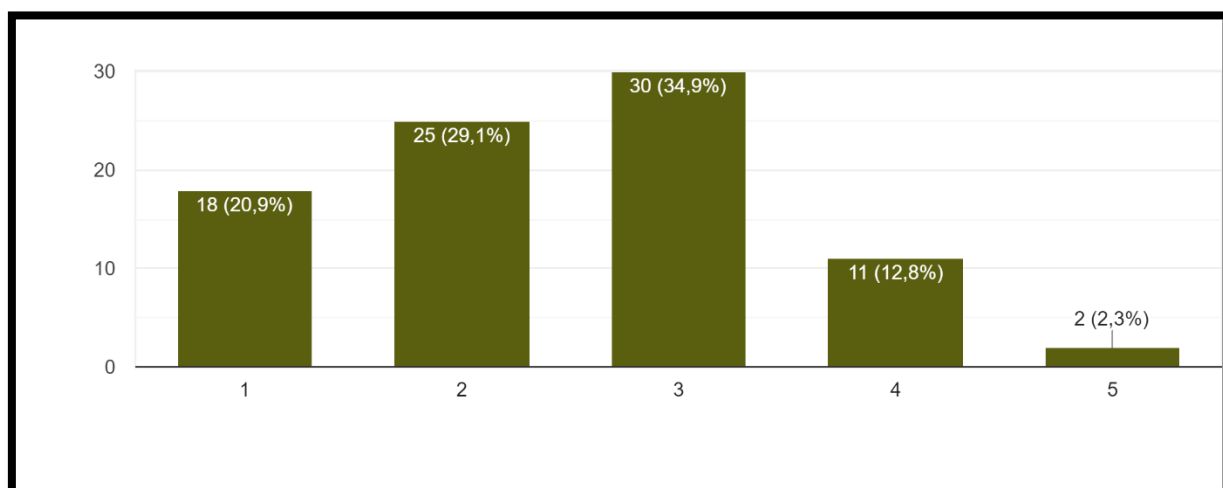
Gráfico 6: Nível de conhecimento teórico e procedimental que eles acreditam ter sobre o atendimento de ocorrência de crise policial



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Com a intenção de investigar o nível de contribuição na construção do conhecimento teórico, procedimental e atitudinal, que é proposta nas ementas e grades curriculares do curso e das disciplinas dos diferentes tipos de Curso dentro da Corporação, questionamos em que os Cursos de Formação de Praças, seja ele Curso de Formação de Soldado, de Cabo ou de Sargento, agregaram em termos de conhecimentos para atuar em uma ocorrência de crise policial militar. De acordo com o gráfico abaixo temos:

Gráfico 7: Nível de conhecimento os cursos de formação que você se submeteu, seja ele CFSD, CFC ou CFS agregou para que consiga atuar e tomar as medidas iniciais

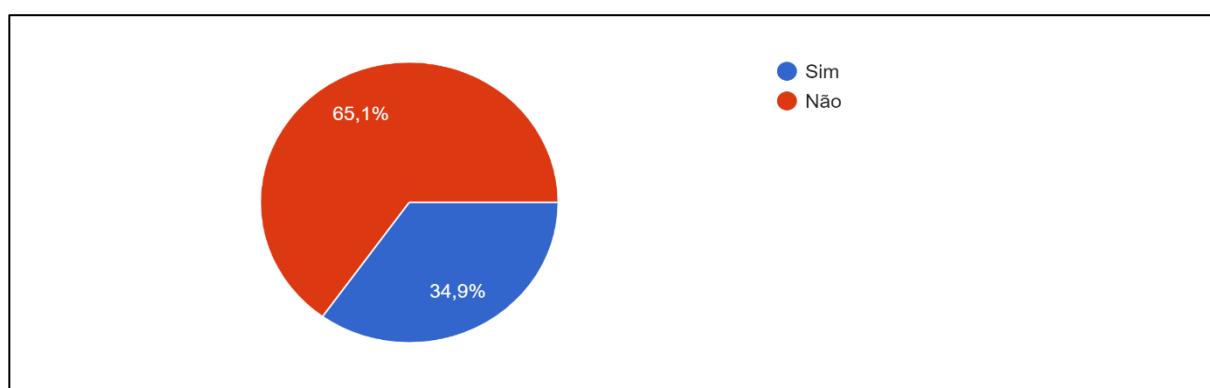


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Diante das repostas percebemos que 20,9% julgam que o conhecimento agregado através dos Cursos de Formação é insuficiente, 29,1% acreditam que é pouco relevante e 34,9% têm como satisfatório a gama de conhecimentos agregados, apenas 12,8 % têm como bom.

Um outro questionamento que fizemos foi acerca do conhecimento de algum tipo de conhecimento normatizado pela Polícia Militar da Paraíba que estabeleça protocolo de atuação de atendimento de ocorrência de Crise Policial. Nesse sentido 65,1% responderam que não conhecem nenhum tipo de norma orientadora sobre esta temática, 34,9% responderam que conhecem.

Gráfico 8: Nível de conhecimento de alguma norma ou protocolo na PMPB que regule a atuação no atendimento de uma

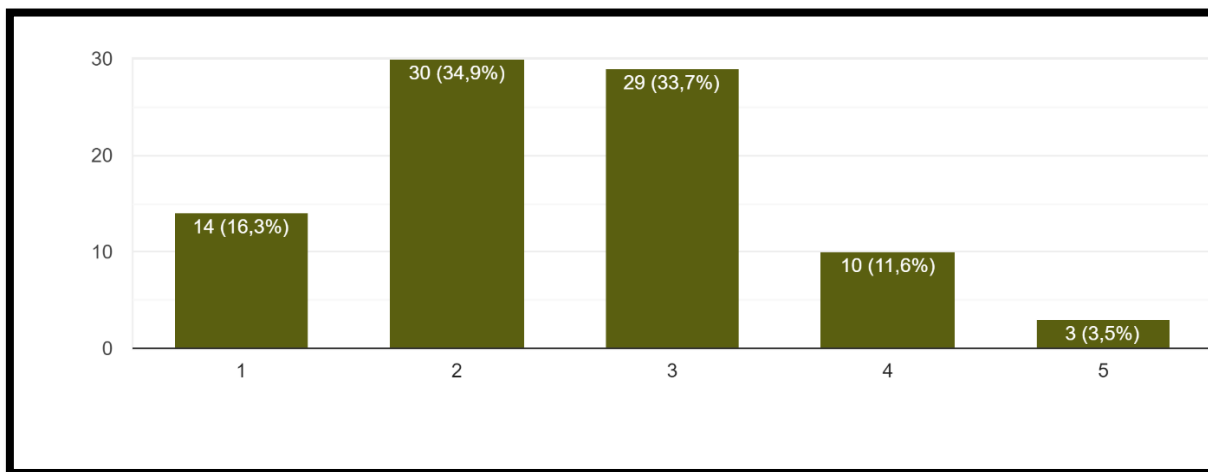


Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Dedicamos três questionamentos relacionados a temática específica do Primeiro interventor. O Primeiro questionamento foi acerca do conceito de primeiro interventor, o segundo foi sobre as funções do primeiro interventor e o terceiro buscava saber se os policiais

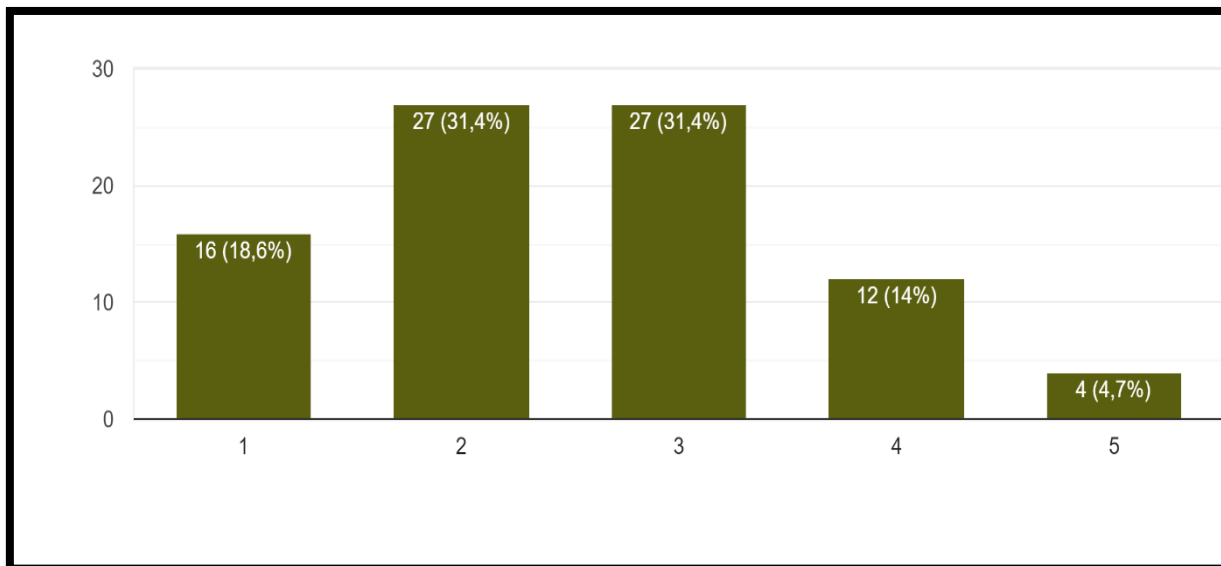
militares tinham conhecimento acerca das medidas iniciais de um primeiro interventor numa ocorrência de crise.

Gráfico 9: Qual seu nível de conhecimento sobre o conceito de Primeiro Interventor em Ocorrência de crise?



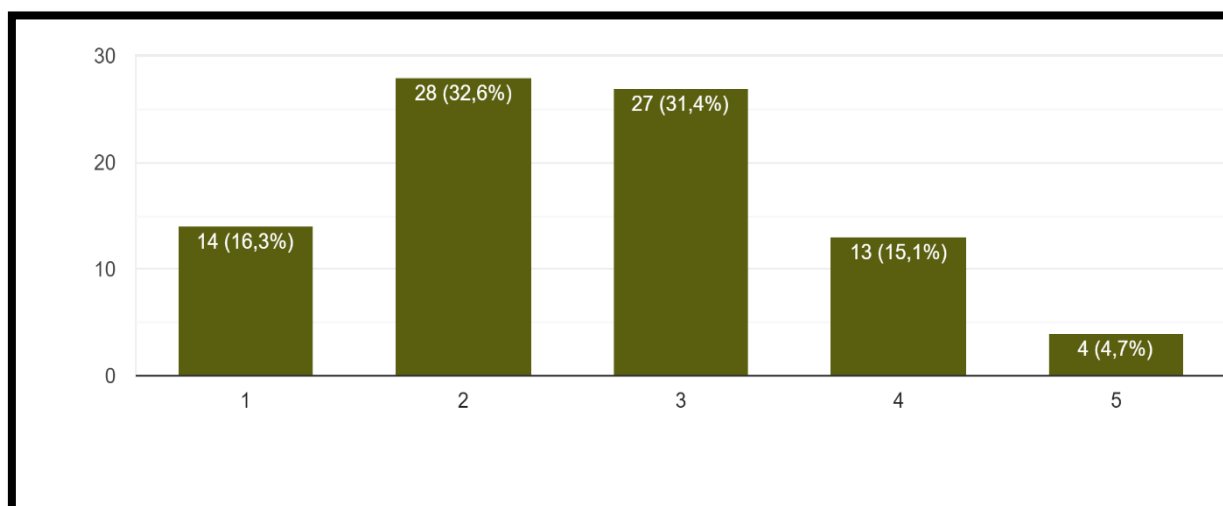
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Gráfico 10: Qual seu nível de conhecimento acerca das funções de um primeiro interventor numa ocorrência de crise?



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Gráfico 11: Qual seu nível de conhecimento acerca das medidas iniciais de um primeiro intervisor numa ocorrência de crise?

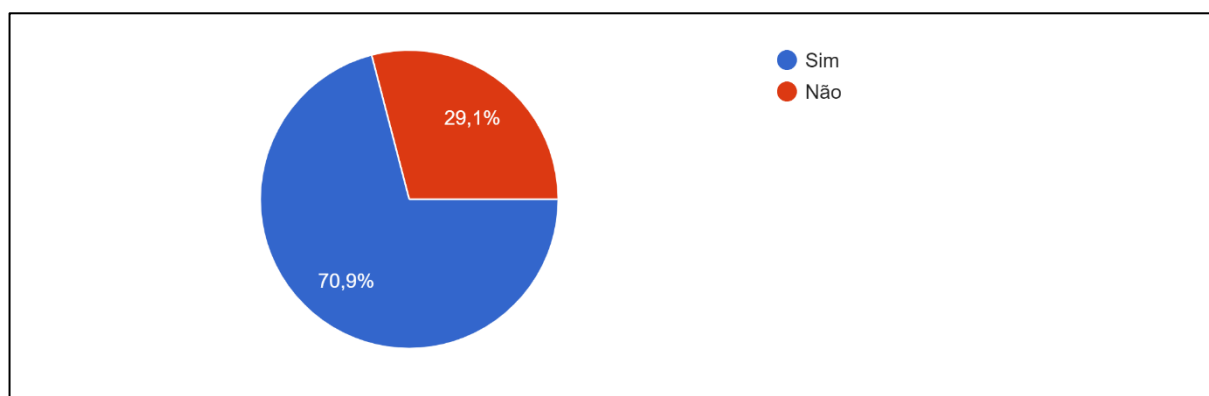


Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Nesse bloco de respostas acerca da temática do Primeiro Intervisor observamos uma certa semelhança entre as repostas e conseguimos perceber que mais de 70% dos participantes julgam ter um conhecimento variando entre insuficiente e satisfatório sobre o conceito de primeiro intervisor, primeira intervenção e as medidas iniciais de um primeiro intervisor, apenas cerca de 15% julgam ter um bom conhecimento, 4% acreditam ter um ótimo conhecimento.

Diante deste quadro que se descreve, percebemos uma fragilidade teórica e conceitual, quanto a temática da primeira intervenção e a forma de atuar numa ocorrência de crise. Cerca de 70,9 % dos policiais militares pesquisados afirmam já terem atendido uma ocorrência de crise em algum momento de sua carreira, enquanto 29,1% reiteram que nunca atenderam uma ocorrência de crise, conforme gráfico abaixo.

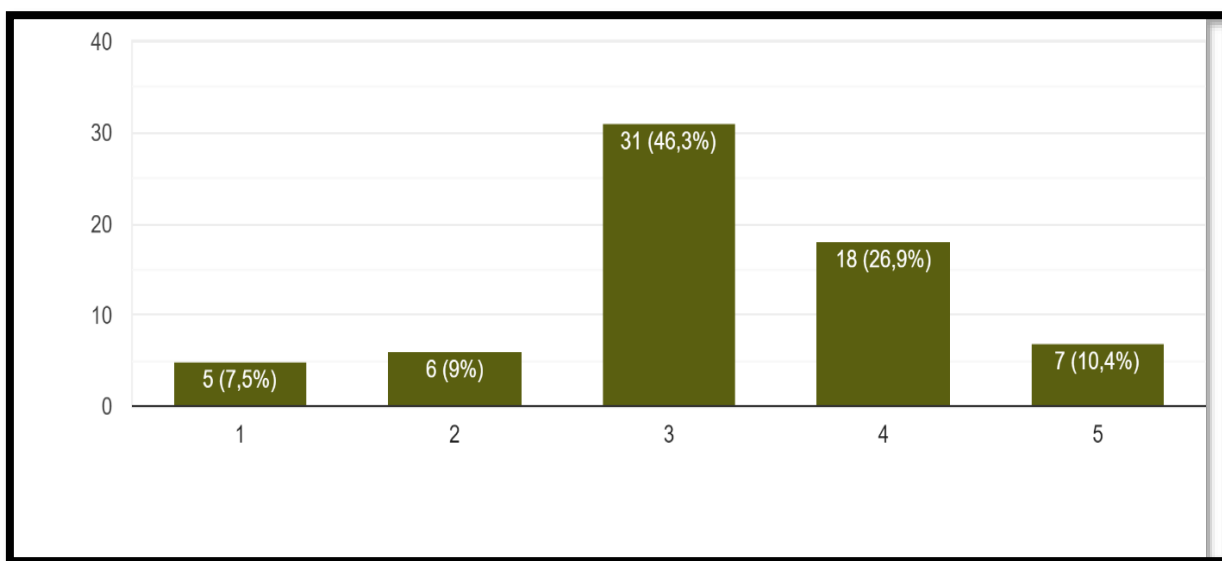
Gráfico 12: Você já atendeu uma ocorrência de crise policial?



Fonte : Dados da Pesquisa, 2022

Dos que afirmam ter atendido uma ocorrência de crise 46,3 % acreditam ter tido um desempenho satisfatório em relação ao nível de conhecimento para o atendimento e desfecho da ocorrência de crise 26,9 % julgam como bom seu nível de conhecimento 10,4 % julga como ótimo, 7,5 % admitem insuficiente e 9% com pouco conhecimento. Conforme gráfico abaixo:

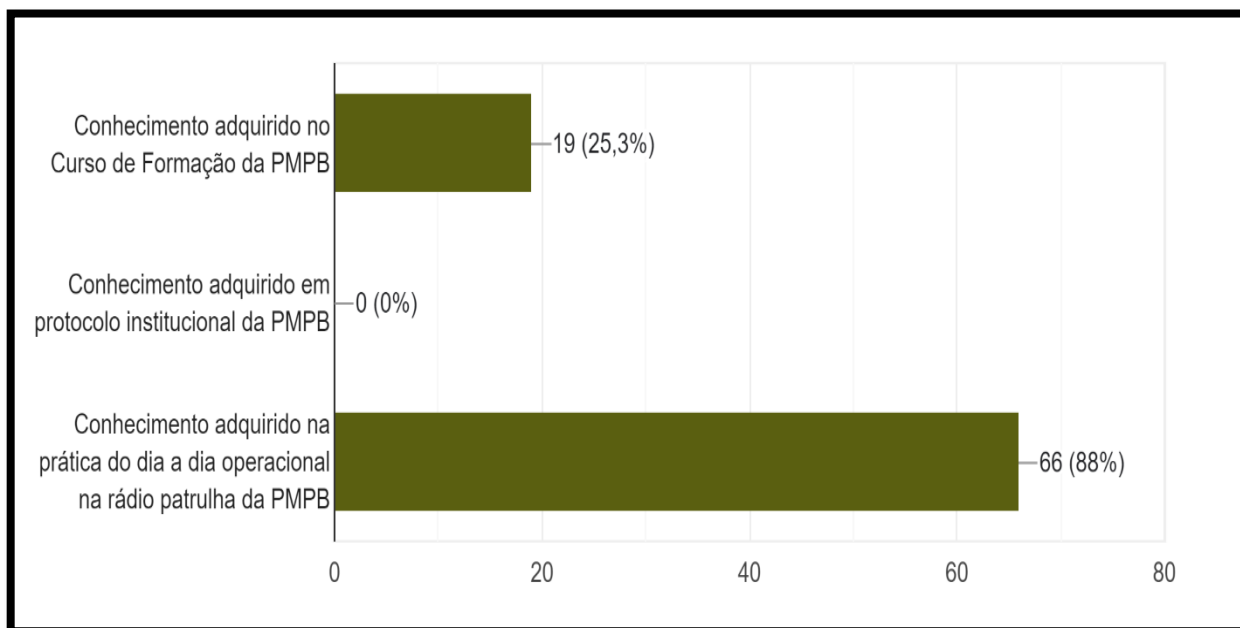
Gráfico 13: Como definiria que seu nível de conhecimento possa ter contribuído para o atendimento e desfecho da ocorrência?



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Diante desse cenário, foi perguntado aos respondentes: De onde é proveniente o conhecimento necessário usado para o atendimento de ocorrência de crise policial? O quadro seguinte nos surpreende e leva-nos a uma série de reflexões. Vide gráfico abaixo:

Gráfico 14: De onde é proveniente o conhecimento necessário usado para o atendimento de ocorrência de crise policial?



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Ressalto que esta resposta admitiria mais de uma resposta de forma cumulativa e o que nos surpreendeu foi que 88% responderam que o conhecimento adquirido advém da prática do dia-dia-dia operacional na rádio patrulha e que apenas 25% do conhecimento adquirido advém dos Cursos de Formação da PMPB.

Por fim finalizamos nosso questionário deixando um espaço aberto para que os policiais militares deixassem sugestão para a melhoria do atendimento de ocorrências de crise como primeiro interventor. E abaixo resolvemos destacar algumas repostas importantes que complementam a resposta do último quadro.

“Toda ocorrência policial de crise é diferente. Apenas a experiência do policial por tempo de serviço não é suficiente para que tenha um bom desfecho da ocorrência. Conhecimento técnico é muito importante assim como a frieza do policial para entender o que está acontecendo. Armamento não letal também é uma ótima ferramenta para resolver a crise. Assim como o conhecimento teórico ajuda bastante para um bom desfecho da ocorrência.”

“Um protocolo para padronizar os procedimentos seria importante, assim como treinamento para poder implementá-lo”.

“Uma palestra para orientar o efetivo da rádio patrulha acerca do protocolo de atendimento de ocorrência com crise. ”

“Cursos de capacitação, melhores condições de trabalho (armamento menos que letal, viaturas. ”

“Equipar as rádio patrulhas com materiais não letais”.

“Melhores condições de trabalho material adequado para fazer o serviço”

“Criação de um protocolo comum a toda instituição”.

“Capacitação institucional de procedimentos a serem tomadas pela RP como tropa de primeiro contato com esse tipo de ocorrência. ”

“Ministração de cursos sobre o tema para o rádio patrulhamento deveriam ser praxe na instituição”.

“Um Protocolo institucional amplamente difundido na corporação em todas as unidades. Falta de um manual de procedimentos da instituição. ”

4.3 Reflexões que mudam olhares

Destacamos as falas dos policiais militares participantes da pesquisa, as quais giram em torno de palavras como: capacitação, melhores condições de trabalho, criação de protocolos e de manuais para atendimento de ocorrência de crise. Como pesquisadores, perceber isso, nos faz questionar como vem sendo construído esse processo de formação do conhecimento dos policiais militares que segundo (LUNARDI, 2002. p.4) “possui características peculiares já que é realizado dentro de uma estrutura organizacional militar, hierarquizada e burocrática. Além disso, exige o desenvolvimento de competências técnicas para o exercício da atividade policial através da aprendizagem de conteúdos específicos”, como é o caso do nosso estudo.

Uma ocorrência de crise não permite dúvidas básicas, a final de contas vidas estão em risco naquele momento crítico. Silva (2016, p. 74) afirma que “um processo malfeito e não

técnico proporciona um risco violento para todos numa crise”, e o que venha a ser dito por quem primeiro atende a ocorrência pode dar rumos indesejados para a crise, pode inclusive acelerar processos de agressividade, pode levar à crise a outras pessoas, que num primeiro momento, não estão em risco.

Mesmo não sendo objeto de nosso estudo refletimos, a certo modo, quais as metodologias de ensino que estão sendo usadas nas disciplinas que compõem o cabedal de conhecimentos necessários para se entender uma crise e os personagens que a compõem. Nosso objetivo era identificar possíveis fragilidades nesse processo de produção do conhecimento e podemos constatar que há inúmeras ações que devem ser repensadas e melhorias que devem ser adotadas.

Vejamos bem, de acordo com o foi evidenciado em nossa pesquisa, temos um efetivo da rádio patrulha composto de 27,9 % de militares entre 26 e 30 anos de polícia militar. No jargão militar são chamados de antigões ⁵. Estes militares tiveram sua formação inicial entre os anos de 1993 e 1996 quando ainda não se discutia sobre Crise, Gerenciamento de Crise, assuntos que, como evidenciamos no primeiro capítulo do nosso estudo, começaram a ser desenvolvidos no Brasil em 1994. Ainda não havia sido lançado nenhum plano de segurança pública e nem ao menos se falava na Matriz Curricular Nacional.

Então por esse motivo nossas inquietações em buscar saber como vem sendo construído esse conhecimento se mostrou ao longo da pesquisa ainda mais relevante. Quando obtemos como resposta em uma pesquisa e deixa claro que o conhecimento utilizado para o atendimento de uma ocorrência de crise advém em sua grande maioria da experiência dos militares do dia a dia do seu serviço operacional e não dos cursos de formação estamos diante de um problema que precisa ser equacionado.

Autores como Santos (2013) e Silva (2011) trazem à tona o risco do excessivo empirismo da ação policial no atendimento de ocorrências de crise, acentuando-se a necessidade da doutrina atualizada e integrada de modo a evitar exposição de risco desnecessário a todos os envolvidos.

Muniz em seu estudo sob a cultura e o cotidiano da PMERJ levanta que “o saber construído pelos policiais é mergulhado na idiossincrasia das circunstâncias, das situações voláteis e fugidias, (e) prima pela sua adaptabilidade ou pela sua concessão ao imprevisto”. (Muniz, 1999, p. 168). Não que a experiência dos policiais militares seja tida como fonte de

⁵ São policiais militares que estão com mais de 20 anos de polícia e que geralmente possuem uma grande experiência de trabalho

conhecimento, mas como afirma Santos (2013) e Silva (2011) e que é comprovado por Muniz (1999) o empirismo vem, ao longo dos anos, sendo deixado de lado.

O capítulo anterior deixou evidente um processo de renovação das matrizes curriculares em andamento desde 2003 com a implementação da matriz curricular nacional, no entanto, ainda se percebe, por parte dos profissionais participantes da pesquisa, ações, na condição de primeiro interventor, com uma forte presença das individualidades, e que por vezes, se sobrepõem ao conhecimento técnico, que vimos ser deficiente, tal como fica evidente quando obtivemos como resposta, de acordo como gráfico 14, que conhecimento usado pelos participantes durante o atendimento de uma ocorrência de crise é proveniente da experiência do serviço da rádio patrulha e não dos cursos de formação ou de protocolos institucionais da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valorizamos a jornada que nos trouxe até a conclusão de nosso estudo, que se propôs, desde o início, a manter um olhar para os policiais militares, heróis anônimos, do dia a dia da rotina policial, que trabalham na rádio patrulha. Como percurso quase obrigatório, foi necessário lançar nosso olhar para as grades curriculares dos cursos de formação de praças da PMPB, para vislumbrar a previsão de desenvolvimento de competências na área de Gerenciamento de Crise com foco no primeiro interventor e a percepção dos PMs em termos de nível de conhecimento para atuar em uma ocorrência de crise policial na condição de primeiro interventor.

Nesta análise, foi abordada a relação entre o conhecimento teórico obtido durante o processo de formação dos policiais militares do rádio patrulhamento e a prática policial durante a atuação.

E a pesquisa nos mostrou que a Polícia Militar da Paraíba vem, nos últimos anos, procurando se adequar ao processo de mudança e modernização da formação do profissional de segurança pública, com um olhar mais técnico e humanizado. Com relação ao objeto de nosso estudo constatamos a inserção de disciplinas relacionadas, não diretamente a primeira intervenção em crise, mas relacionadas a gestão de conflitos, gerenciamento de crise, nas grades curriculares dos cursos de formação.

Notamos que muitos dos policiais da rádio patrulha, por terem ingressados nos anos de 1994 e 1996 não alcançaram esse processo de formação com as adequações da matriz

curricular nacional e fica evidente nas respostas dos questionário de que 88% dos entrevistados admitem que o conhecimento para atendimento de uma ocorrência de crise advém do dia a dia policial da rádio patrulha e apenas 25,3% ressalta que advém dos cursos de formação oferecidos pela instituição. De um modo geral, o conhecimento não está sendo proveniente da formação, o motivo dessa deficiência não é o objetivo dessa pesquisa, talvez gere a necessidade de uma outra que avalie a metodologia que vem sendo utilizada, o nível de conhecimento dos formadores e até a necessidade de uma disciplina mais específica que aborde a temática.

Então para evitar o que versa a Teoria do Resultado, trazida por Silva (2020), e que isso gere consequências negativas em um cenário de crise, o treinamento dos policiais deve enfatizar a importância da aplicação de técnicas de primeira intervenção, ou seja, o uso de medidas preventivas, e nesse caso, podemos incluir, o próprio processo de recapacitação contínua do efetivo, para reduzir o risco de cometimento de falhas na atuação como primeiro interventor. Devem ser habilitados a deixar de lado as suas próprias crenças particulares, a fim de ter um julgamento equilibrado e justo ao lidar com uma modalidade de ocorrência tão complexa.

Outras Polícias, referenciadas no artigo, criaram um Procedimento Operacional Padrão para estabelecer uma sequência de ações para o Primeiro Interventor. Tais protocolos tem um caráter flexível para lidar com a dinâmica das ações de modo que cada elemento envolvido na crise tem suas funções e responsabilidades claramente definidas, permitindo ainda, adaptações ao cenário real, minimizando falhas e evitando o empirismo visando proteger a vida dos policiais e dos envolvidos na crise.

As respostas obtidas deixam claro que os policiais militares que atuam no 1º e 5º BPM da Polícia Militar da Paraíba no rádio patrulhamento desconhecem um protocolo específico para atuação do primeiro interventor em uma ocorrência de crise, nos dando a oportunidade de inferir que a confecção de algo nesse sentido seja fundamental.

É evidente a vontade destes policiais por maior treinamento, apoio e estrutura. Se mostram abertos e interessados em serem recapacitados na temática da primeira intervenção em ocorrência de crise de modo a buscar realizar sua atividade com maior eficiência e segurança.

A pesquisa mostra, portanto, que uma mudança é necessária, e pode ser alcançada. Seguindo o exemplo de outras polícias, investir na confecção e disseminação, de um protocolo padrão. Oferecer treinamento específico e continuado, adequado à realidade do policial militar da Paraíba para atuação como primeiro interventor em situação de Crise

Policial até como forma de complementar o conhecimento que vem sendo construindo através dos cursos de formação.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Fábio de Lima. **O Evento Crítico Do Ônibus 174 À Luz Da Fenomenologia De Claude Romano**. Questões de segurança pública [recurso eletrônico] / Fábio Gomes de França, organizador. – Dados eletrônicos -João Pessoa: Ideia, 2021.

BAHIA. **Apostila de Primeiras Respostas em Ocorrências de Crise** – CBGC da PMBA, 2019.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARAES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo: São Paulo Perspectiva, vol. 18, no. 1, p. 119-131. 2004.

BRASIL. **Decreto nº 2.315**, de 4 de setembro de 1997. Cria a Senasp. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

_____. **Plano Nacional de Segurança Pública de 2000**. Brasília, DF: MJ, 2000.

_____. **Lei nº 11.530**, de 24 de outubro de 2007. Institui o Pronasci. Brasília, DF: Presidência da República,

_____. **Constituição da República do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1997.

_____. **Bases Curriculares Nacionais para a Formação dos Profissionais da área de Segurança do Cidadão**. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

_____. **Plano Nacional de Segurança Pública: o Brasil diz não à violência**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

_____. **Matriz Curricular Nacional: Para Formação em Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2003.

_____. **Matriz Curricular em Movimento: Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular**. Brasília: Ministério da Justiça, 2006.

_____. **Sistema Único de Segurança Pública**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

_____. **Matriz Curricular Nacional: Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Ver. Ampliada. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

_____. **Manual de Gerenciamento de Incidentes Críticos**. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2015.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Das Práticas e dos seus Saberes: A Construção do “fazer policial”** entre as praças da PMERJ, Rio de Janeiro, 2004.

COTTA, Francis Albert. **Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco**, Revista Brasileira de Segurança Pública, Ed 5. 2009.

LUIZ, Ronilson de Souza. **Ensino Policial Militar**. Tese: (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LUNARDI, Maria Lília de Oliveira. **Concepções sobre o processo de aprendizagem dos professores do curso de formação de oficiais: possibilidades e limites frente aos esforços de modernização do processo de formação de oficiais**. Monografia (Especialização) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

MONTEIRO, Roberto das Chagas **Manual de Gerenciamento de Crises**. 1994.

MONTEIRO, Roberto das Chagas. et al. **Gerenciamento de crises**. 7 ed. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 2008. Apostila.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; FAPESP, 2011.

MOTA BRASIL. M. G. **Formação e inteligência policial: desafios à política pública de segurança**. In: O Público e o Privado, n.4, jul-dez. 2004, pp. 141-163.

MORAES JR, Martim C.; SPANIOL, Marlene I.; GUIMARÃES RODRIGUES, Carlos R. **Como tem sido Planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança pós redemocratização e dos seus impactos na prevenção ao crime e à violência**. In: CONGRESSO DA SBS, 18., 2017, Brasília. Anais... Brasília: SBS, 2017.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser Policial é sobretudo uma razão de ser**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. IUPERJ. 1999.

PINC, Tânia: **Abordagem Policial: Avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais**, 2007.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

PARANÁ. **Procedimento Operacional Padrão nº 200.1** Primeira Intervenção em Crises e outras Situações Policiais Emergenciais.

PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba. **Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba**. 1977

PARAÍBA. Polícia Militar da Paraíba: Boletim do Comando-Geral nº129 de Julho de 1996.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti. **Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente requerida para atuar como formador na Academia Integrada de Defesa Social.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação. Recife. 2013.

SANTA CATARINA. **Manual de Primeira Intervenção em Ocorrências de Crise**, 2021.

SALIGNAC, Ângelo Oliveira. **Negociação em Crises**. São Paulo. 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados. 2007

SOUZA, Wanderley Mascarenhas. **Gerenciamento de Crises: negociação e atuação de grupos especiais de polícia na solução de eventos críticos**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, M. A. **As ocorrências de tentativa de suicídio e suas implicações para os processos de gerenciamento de crises e negociação no âmbito da Polícia Militar do Paraná**. Universidade Federal do Paraná: São José dos Pinhais, 2011.

_____. **Gerenciamento de crises policiais**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

_____. **Primeira intervenção em crises policiais: teoria e prática**. 3.ed. Curitiba: AVM, 2020.

SILVA, M.A; DA SILVA, L.F; RONCAGLIO, O. L. **Negociação em crises policiais: teoria e prática**, Curitiba, Editora CRV, 2021.

SANTOS, H. A. **Ocorrências Policiais com Suicidas: gerenciamento, negociação e controle de distúrbios do comportamento**. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2013.